

Ana Quadros Gomes
Luciana Sanchez Mendes



PARA
CONHECER

Semântica



editoracontexto

Um quadro do pintor metafísico italiano Giorgio de Chirico (1888-1978) foi roubado do Museu de Belas Artes de Béziers, no sul da França. A pintura “Composição com autorretrato”, de 1926, pertencia à coleção de Jean Moulin, figura histórica da Resistência Francesa na Segunda Guerra Mundial, e, segundo especialistas, possui “valor inestimável”. O crime ocorreu no último dia 16 de novembro, mas foi divulgado apenas nesta terça-feira (21). Na hora do fechamento do museu, que não tem câmeras de vigilância, funcionários se depararam com a moldura do quadro vazia. “As primeiras investigações apontam que a tela foi removida com um estilete”, diz uma nota da Prefeitura de Béziers.

Disponível em: <<http://www.jb.com.br/internacional/noticias/2017/11/21/quadro-do-italiano-giorgio-de-chirico-e-roubado-na-franca>>. Acesso em: 9 abr. 2018.

3. Observe o fenômeno apresentado nos dados em (a) e (b); a seguir, descreva e explique o contraste que eles ilustram.
 - a. O Grêmio/o meu time do coração/um time entrou em campo ontem às 16h. Ele venceu o jogo.
 - b. Toda mulher/nenhuma mulher/mais de uma mulher defende os filhos. *Ela ficou muito brava.
4. Se eu tenho um rolo de corda de 10 metros, e corto três pedaços de corda de 2 metros cada, tanto o rolo quanto cada um dos pedaços obtidos podem ser chamados de “corda”. Posso também dizer que tenho três cordas, além do que sobrou do rolo de corda. Comente esse fato, argumentando contra a separação binária dos nomes em massivos *versus* contáveis. Use os conceitos de cumulatividade, divisibilidade e as propriedades de assinatura dos nomes contáveis.
5. Explícite duas leituras possíveis para cada uma dessas sentenças e explique como elas são produzidas:
 - a. João não comeu carne três vezes neste mês.
 - b. Diversos homens amam poucas mulheres.
 - c. Todos detestam um menino chorão.



O SINTAGMA VERBAL

Objetivo geral do capítulo:

- Apresentar as noções semânticas fundamentais associadas aos predicados verbais da língua portuguesa e relacionadas à seleção argumental e à marcação de tempo, aspecto, modalidade e modo.

Objetivos de cada seção:

- *Seleção de argumentos*: apresentaremos a relação entre semântica lexical e a grade temática, indicando sua pertinência para os estudos sintáticos e discutindo essa noção também em verbos impessoais e existenciais;
- *Diátese e papéis temáticos*: mostraremos as possibilidades de diátese dos verbos do português, apontando sua relação com a semântica;
- *Impessoalidade, verbos existenciais e composicionalidade*: discutiremos a relação entre verbos impessoais e existenciais e a seleção de argumentos e a composição sentencial;
- *O argumento evento*: introduziremos a proposta de que um dos argumentos selecionados pelos verbos é um argumento de eventualidade;
- *Tempo*: trataremos da noção de tempo linguístico e tempo cronológico, analisando a marcação do tempo em português;
- *Aspecto*: introduziremos as noções de aspecto gramatical – (im)perfectividade – e lexical – classes acionais – e sua pertinência para a investigação dos tempos verbais do português e para a distribuição de adjuntos preposicionados;
- *Modalidade e modo*: introduziremos a noção de modalidade, discutindo sua expressão em língua portuguesa, e apresentaremos a sua relação com a noção de modo verbal, aplicada ao paradigma verbal do português.

Nos capítulos anteriores, vimos que, em uma sentença, temos pelo menos dois tipos de constituintes: argumentos e predicados. O predicado determina algumas características que seus argumentos devem satisfazer, e cada predicado precisa de certo número de argumentos. Assim, em *Sócrates é mortal*, *mortal* seleciona um só argumento: *Sócrates*. O verbo *ser* é apenas o suporte da flexão. A seleção semântica de *mortal* pede um ser vivo, e a de *valioso*, algo que tenha algum valor. Daí não podermos ter *#O ouro é mortal*, mas *O ouro é valioso*, sim, pois esse nominal atende à s-seleção do predicado. Para saturar determinados predicados, não basta um só argumento: em *Érico Veríssimo é pai de Luis Fernando*, o predicado nominal *pai* s-seleciona dois argumentos, o progenitor, *Érico Veríssimo*, e o filho, *Luis Fernando*. Os argumentos têm que se referir a entidades nascidas, tal que uma gerou a outra. O verbo *ser* carrega a flexão, e a preposição *de* está presente para resolver a atribuição de caso na sintaxe. Além de predicados da categoria nominal, como *mortal* e *pai*, há os da categoria verbal. Veremos neste capítulo como eles se comportam.

Vimos o conceito de **seleção semântica** no primeiro capítulo.

1. SELEÇÃO DE ARGUMENTOS

Vimos que os predicados aplicam critérios semânticos na seleção de seus argumentos. Desrespeitar essa exigência semântica, seja de predicados nominais ou verbais, cria anomalias semânticas. Veja as sentenças a seguir:

- (1) a. O leite derramou.
 b. #A pedra derramou.
 c. #O leite está triste.
 d. #A pedra está triste.
 e. O menino está triste.

O predicado verbal *derramar* seleciona argumentos líquidos (daí a estranheza de (1b)); e o predicado nominal *triste* (de novo, *estar* é apenas o suporte de tempo e aspecto, mas não s-seleciona nada) seleciona seres autoconscientes, capazes de se emocionar, o que explica a estranheza de (1c) e (1d).

Também não é possível dar a um predicador mais ou menos argumentos do que o número que ele exige. Isso resulta em agramaticalidade. Veja:

- (2) a. O leite derramou.
 b. *O leite derramou a mesa.
 c. *?? Foi derramado. (dito fora de contexto)

O número de argumentos selecionados por predicados verbais varia. Há verbos, por exemplo, que não tomam argumentos, como *ventar* ou *trovejar*. Outros verbos, como *dormir* e *chegar*, selecionam um único argumento, respectivamente, quem dorme e aquilo/aquele que chega. Alguns, como *comprar* e *visitar*, tomam dois argumentos: o comprador e o objeto da compra, no primeiro caso, e o visitante e o visitado, no segundo. Há ainda verbos com três argumentos, como *pôr*, em *João pôs a chave no bolso*, que pede (i) um objeto movido (*a chave*), (ii) alguém que move esse objeto (*João*) e (iii) o local de destino (*o bolso*). Mas será que precisaríamos de uma lista de tipos específicos de argumento para cada verbo? Considerar tantos tipos diferentes de argumento parece ir contra a ideia central da teoria abordada neste livro, que busca descrever o conhecimento semântico dos falantes de uma língua de forma abstrata, econômica e lógica. Lembre-se da discussão do primeiro capítulo, sobre os objetivos da Semântica Formal. Vamos, então, tentar considerar mecanismos mais gerais, que possam facilitar a interpretação dos argumentos.

A posição sintática, por exemplo, é um fator importante, porque a ordem sentencial gera interpretações diferentes em línguas como o português. Por exemplo, *O cachorro assustou o gato* não é a mesma coisa que *O gato assustou o cachorro*: no primeiro caso, quem dá o susto é o cachorro, e, no segundo, é o gato. E como o falante sabe disso? Em português, quem faz, ou, no caso, assusta, é o argumento que vem antes do verbo, ou seja, o que está em posição de sujeito. O argumento em posição de complemento é interpretado como o afetado, aquele que sofre o susto.

Bem, sabemos que, quando o verbo tem um único argumento, ele será inescapavelmente o sujeito. Mas e quando o verbo seleciona vários argumentos, como nossa gramática decide qual será promovido à posição de sujeito? Várias teorias linguísticas enfrentam esse problema propondo regras que relacionam a posição sintática do argumento com as interpretações que ele recebe.

1.1 Diátese e papéis temáticos

Sabemos que um mesmo fato pode ser contado de perspectivas diversas, com ênfase em um ou outro de seus aspectos, e as línguas naturais oferecem um recurso para isso: a diátese, que comumente conhecemos como “voz do verbo”. Para apresentar um acontecimento ou eventualidade, o falante de português pode escolher uma entre três vozes verbais: a voz ativa (3a), a voz passiva (3b) ou a voz média (3c). Veja os seguintes exemplos:

- (3) a. *O churrasqueiro*₁ assou₀ a *picanha*₂
 b. *A picanha*₂ foi assada₀ pelo *churrasqueiro*₁
 c. *A picanha*₂ assou₀

Observe que o fato básico descrito permanece o mesmo em qualquer voz: um determinado corte de carne de certo tamanho e qualidade passa do estado de cru para o de assado. É indispensável para construir uma narrativa mínima dessa cena ter um sintagma de determinante (SD) que nomeie aquilo que mudou de estado por conta desse processo (*a picanha*, que aparece em todas as sentenças com o índice ₂) e um verbo para descrever a mudança de estado (*assar*, que aparece em todas as sentenças com o índice ₀). Podemos também nomear o responsável por essa mudança de estado: o agente (quem agiu deliberadamente para obter esse efeito), no caso, *o churrasqueiro*, que aparece com o índice ₁ nas sentenças (3a,b). Esse SD é o diferencial das três vozes: ele não pode ocorrer em sentenças como (3c) (**A picanha assou pelo churrasqueiro*), é opcional em (3b) (basta dizer *A picanha foi assada*) e é indispensável em (3a) (**Ø Assou a picanha* – estranha, quando dita sem um contexto prévio que permita recuperar a referência do vazio).

Você pode observar que a voz ativa é aquela que vem tanto com o agente da mudança quanto com o afetado (aquele que mudou) expressos. Na voz passiva, a prioridade é informar quem passou pela mudança de estado e qual foi essa mudança, o que resulta na opcionalidade do agente da mudança. Dessa propriedade vem a ideia corrente de que a voz passiva é um mecanismo utilizado por redatores para esconder os culpados ou responsáveis por um acontecimento. Ela é muito usada quando, como se diz, quer-se contar o milagre sem mencionar o santo, ou quando o acontecimento é prejudicial

ou condenável. Veja as manchetes reproduzidas a seguir. No primeiro caso, o interesse maior é apresentar a causa curiosa da expulsão do que seu agente. No segundo, como frequentemente acontece, um estupro é relatado sem agente, como se o evento não fosse da responsabilidade de ninguém.

Aluno é expulso por causa do chulé

Jovem é estuprada no quintal de casa no Tarcísio Mirando, em Campos

A voz média, por sua vez, conta um fato como se ele se desenrolasse sozinho, focando a mudança de estado em vez de dar atenção a quem a sofre ou a provoca; daí não ser possível incluir o causador/agente.

Há testes específicos para identificar cada uma dessas vozes. O exemplo na voz ativa (3a) é a única resposta possível para *O que o churrasqueiro fez?*; o exemplo na voz passiva (3b) é a melhor resposta para *O que foi feito com a picanha?*; e o exemplo na voz média (3c) é a resposta ideal para *O que aconteceu?*

Observe também que cada um dos SD argumentais no paradigma em (3) conserva um mesmo e único papel na cena, em todas as suas aparições: *a picanha* é sempre aquilo que foi assado, e *o churrasqueiro* é sempre quem fez a picanha assar. Dizemos que os argumentos desempenham certos papéis fixos, como numa peça de teatro; cada argumento mantém seu papel temático ou papel- θ (papel *theta*, nome da letra grega θ) nas três sentenças, seja qual for a voz verbal. O que distingue uma sentença da outra em (3) é a função sintática que os SD exercem. O SD com índice ₁ é o sujeito em (3a); mas é o agente da passiva em (3b); já o SD com índice ₂ é o complemento em (3a), mas é o sujeito em (3b) e (3c). Logo, vemos que um mesmo papel- θ pode corresponder a funções sintáticas diferentes.

Segundo a Gramática Tradicional, a transformação da voz ativa em passiva estaria disponível para todos os verbos transitivos diretos, ou seja, com complemento não preposicionado, como *assar*, excluindo os verbos transitivos indiretos, como *gostar de*, e os intransitivos, ou seja, monoargumentais, como *chegar*. Podemos observar, no entanto, pelo conjunto de sentenças de (4) a (7), que essa generalização não se sustenta:

- (4) a. João quebrou o braço.
 b. *O braço foi quebrado por João.

- (5) a. O beijo gay da novela preocupou a família tradicional brasileira.
 b. *A família tradicional brasileira foi preocupada pelo beijo gay da novela.
- (6) a. Nove milhões de brasileiros já assistiram ao filme *Minha mãe é uma peça 2*.
 b. O filme *Minha mãe é uma peça 2* já foi assistido por 9 milhões de brasileiros.
- (7) a. Os motoristas nem sempre obedecem à sinalização do trânsito.
 b. A sinalização do trânsito nem sempre é obedecida.

Nas sentenças (4) e (5), há verbos transitivos diretos que não formam passivas gramaticais; e em (6) e (7) temos verbos com complementos preposicionados, os transitivos indiretos, mas que formam passivas. Esses exemplos mostram que, embora nem todos os verbos permitam a voz passiva, a presença ou não de uma preposição não parece ser o diferencial.

Logo, vemos que uma restrição puramente sintática não dá conta dos fatos da língua. Uma proposta da Semântica é a de que a formação da passiva dependa da existência de um argumento com o papel- θ de agente. Por exemplo, entendemos que (4a) relata um acidente, que resultou em João ter seu braço quebrado; como o braço é parte integrante dele, João é o afetado, não o agente. Veja por outro lado que, na sentença *João quebrou a garrafa na cabeça de Pedro*, em que João é o agente, pois agiu intencionalmente, a passiva é possível: *A garrafa foi quebrada por João*. Um teste para verificar a presença de agentividade é acrescentar *deliberadamente* ou *propositalmente* à sentença. Isso é possível em *João quebrou deliberadamente a garrafa na cabeça de Pedro*, mas não em (4a) (**João quebrou deliberadamente o braço*). O papel- θ do sujeito de (5) também não é o de agente, pois não podemos dizer **O beijo gay da novela preocupou propositalmente a família tradicional brasileira*. A passiva pode ser formada em (6) e (7) justamente porque os sujeitos de (6a) e (7a) são agentes.

Veja que, na distribuição de papéis de uma cena, se há um agente, há necessariamente um afetado, ou seja, algo ou alguém que mudou de estado por aquilo que o agente fez: daí o verbo da voz ativa com agente ser sempre transitivo. Então, não é a transitividade em si ou a ausência de preposição no complemento, como se afirma tradicionalmente, mas a presença de um agente na grade verbal que licencia a voz passiva.

Além das vozes apresentadas anteriormente, o português brasileiro tem ainda uma voz passiva sintética, formada com o apassivador *se*, como em (8a). Veja que essa forma de passiva é uma estratégia de ocultação do agente, pois exclui o argumento com esse papel- θ que apareceria na voz ativa, não o admitindo sequer em forma de agente da passiva. Compare (8a) a (8b):

- (8) a. Procura-se cachorro vira-lata (*pelos donos), preto, pequeno, que desapareceu próximo ao Largo dos Guimarães segunda-feira. Gratifica-se bem (*pelos donos).
 b. O cachorro está sendo procurado pelos donos. Quem o devolver será gratificado pelos donos.

A passiva sintética radicaliza o foco sobre o afetado, cortando da cena o agente. Esse fato faz com que, embora estejam atualmente em desuso sentenças do tipo de (8a), esse recurso gramatical ainda esteja presente em muitas placas comerciais, anunciando produtos e serviços, comumente dispensando a concordância verbal. Há muitas placas comerciais por aí que se utilizam da passiva sintética, como *Vende-se sorvetes* ou *Amola-se alicates, facas e tesouras*, sem que o verbo seja colocado no plural, como querem os consultores de certo ou errado. Veja que, nesses exemplos, o que importa são os objetos vendidos ou amolados, e não quem vende ou amola.

Vimos que a voz passiva depende da agentividade, mas o que licenciaria a voz média? A passagem da voz ativa para a média é conhecida na literatura linguística como alternância causativa-incoativa. Em (9a), *a chuva* não é agente, mas a causa de os baldes ficarem cheios. Daí não poderemos dizer que **A chuva encheu propositalmente os baldes com água* e não poderemos formar uma versão de (9a) na voz passiva (9b). No entanto, é possível dar uma versão da cena na voz média (9c).

- (9) a. A chuva encheu os baldes com água.
 b. *Os baldes foram enchidos/cheios pela chuva.
 c. Os baldes encheram.

A causatividade (isto é, a presença na voz ativa de um detonador involuntário do processo, não proposital) é o que licencia a voz média (embora não a passiva). Veja outros exemplos:

- (10) a. A subida do morro me cansou.
b. Cansei.
- (11) a. O calor derreteu o sorvete.
b. O sorvete derreteu.
- (12) a. As falcatruas enriqueceram o deputado.
b. O deputado enriqueceu.

Essas relações entre papéis- θ e voz verbal são generalizadas para todas as línguas, não valendo só para o português brasileiro, e levaram vários pesquisadores a examinar as relações entre a grade temática verbal e a posição sintática dos argumentos verbais. Quando há vários papéis temáticos presentes em uma sentença, há uma tendência de ordem de preferência dos papéis para figurarem na posição de sujeito, conhecida como hierarquia temática. Examine os exemplos:

- (13) a. *João*, com a chave-mestra, abriu a porta para a liberdade. (sujeito = agente)
b. *A porta para a liberdade* foi aberta com a chave-mestra. (sujeito = afetado)
c. *A chave-mestra* abriu a porta para a liberdade. (sujeito = instrumento)
d. *A liberdade* foi alcançada abrindo-se a porta com a chave. (sujeito = alvo)
e. *O vento* abriu a porta para a liberdade. (sujeito = causador)

Os exemplos em (13) mostram a seguinte hierarquia temática: **agente/causador > afetado > instrumento > alvo**. Se o agente (13a) ou o causador (13e) estiver presente, ele terá precedência para a posição de sujeito; a presença de um agente e a de um causador são mutuamente exclusivas; tanto o afetado (13b) quanto o instrumento (13c) ou o alvo (13d) só podem ser sujeitos se não houver agente ou causador na sentença.

Muitos verbos transitivos têm como sujeito o argumento com papel- θ de agente ou causa; assim, em *Comer pão engorda*, quem engorda (o afetado) é o complemento de *engordar*, não pronunciado, correferente com o sujeito (não pronunciado) de *comer* (= todo aquele que comer pão); na sua versão incoativa, o único argumento realizado costuma ser o afetado (*O sol derreteu a neve* → *A neve derreteu*/**O sol derreteu*). A brincadeira ao lado troca o papel- θ de *pão*, que, entendido como o causador, sujeito de uma sentença com o complemento não pronunciado (*Pão não engorda* \emptyset), dá a leitura de que comer pão engorda a quem o come; mas, entendido como o afetado, o argumento único de uma incoativa, significa que o pão vai ganhar peso (por alguma causa não explicitada).



Crédito de imagem: bread by parkjisun from the Noun Project.

NOVIDADES: A DECOMPOSIÇÃO DE PREDICADOS VERBAIS

A literatura mais recente sobre grade temática/papéis- θ propõe uma decomposição dos verbos em predicados abstratos. Nessa visão, todos os predicadores tomam no máximo um argumento nominal. Por exemplo, *derreter* seleciona somente o argumento afetado, o que explica por que é gramatical uma estrutura intransitiva com esse verbo (*O sorvete derreteu*). Porém, esse predicado saturado pode ser tomado como argumento de um verbo abstrato, não pronunciado, *CAUSE* (causar), que seleciona além dessa proposição um outro argumento, o causador. Temos então *O calor derreteu o sorvete*, em que o calor é argumento de *CAUSE*, e não de *derreter* ([*O calor* [*CAUSE* [*derreter* [*o sorvete*]]]]). Se quiser saber mais sobre essa tendência, leia a segunda parte de *Para conhecer morfologia*, de Maria Cristina Figueiredo Silva e Alessandro Boechat de Medeiros, publicado pela Editora Contexto (2016); ou *Introdução à semântica lexical: papéis temáticos, aspecto lexical e decomposição de predicados*, de Márcia Cançado e Luana Amaral, lançado pela Editora Vozes (2016).

que tome ônibus vai adotar o procedimento de puxar a cordinha para que o motorista saiba que chegou ao lugar em que vai descer. Diferentemente do que acontece em *Venta*, em que o verbo não apresenta exigência de argumentos com papéis- θ determinados, nas sentenças impessoais argumentos com o papel temático do viajante, de quem trata do assunto ou do puxador da cordinha são requeridos pelos predicadores. Mas eles não são pronunciados, porque esse tipo de construção é uma operação de voz verbal sobre a sentença, ocultando o argumento com esse papel, um processo semelhante ao da voz passiva.

Vemos, então, que os verbos existenciais e impessoais impõem características especiais às construções em que ocorrem, do ponto de vista da seleção argumental. Uma das formas de se evitar problemas como esse é desconsiderar a ideia apresentada da relação entre função sintática e papel temático, e oferecer uma abordagem para a seleção dos argumentos que leve em conta apenas informações semânticas do predicado. Como vimos na seção sobre predicação e composicionalidade, a composição semântica funciona pela combinação de um predicado insaturado a seu(s) argumento(s), até sua saturação. Cada argumento é combinado por sua vez, ciclicamente. Observe, na árvore, a ordem em que os argumentos se compõem ao predicado *_ mostrou _ para _*. Os argumentos mais internos são os primeiros a ser substituídos: o mais externo será o sujeito. A ordenação dos argumentos na árvore sintática já está dada na anotação composicional semântica:

- (15) a. João mostrou o livro para Maria
- ```

 / \
 / \
 João _ mostrou o livro para Maria
 / \
 / \
 / \
 / \
 / \
 / \
 / \
 / \
 / \
 / \
 / \
_ mostrou _ para _ Maria
 / \
 / \
 / \
 / \
 / \
 / \
/ \
_ mostrou _ para _ o livro

```
- (15) b. (x mostrou y a z) (Maria) =  
 = (x mostrou y a Maria) (o livro) =  
 = (x mostrou o livro a Maria) (João) =  
 = João mostrou o livro para Maria

A ordem das substituições indicada em (15) corresponde ao lugar de cada argumento na estrutura: o primeiro valor substituído é o do argumento mais interno (a coisa mostrada); a pessoa a quem isso é mostrado é o segundo a ser substituído e ocupa uma posição mais elevada que o anterior na estrutura; e o último deles, aquele que mostra, vai ocupar a posição mais alta de todas, a de sujeito. Observe que se essa informação já vier codificada na entrada lexical do verbo, uma proposta hierárquica de mapeamento entre papéis temáticos e funções sintáticas será dispensável, pois a denotação do predicador já determinaria em que ordem eles são incorporados.

Volte aos exemplos com verbos impessoais e existenciais e veja de que forma eles podem entrar na composição semântica segundo esse modelo. Os verbos impessoais vão entrar saturados (*venta* não exige argumentos). Os existenciais podem entrar com uma estrutura do tipo *tem \_ no/na \_*.

### 1.3 O argumento-evento

Algumas das ideias mais centrais da Semântica nasceram em discussões filosóficas sobre a língua natural. Uma delas é atualmente aplicada a inúmeros problemas linguísticos: a do **argumento-evento**. A ideia é a de que o domínio verbal, além de seus argumentos usuais (vistos anteriormente), também inclui entidades abstratas primitivas, as eventualidades.

Um dos argumentos em defesa dessa proposta é o de que podemos falar explicitamente sobre acontecimentos, nomeando-os. As sentenças (16, 17 e 18) servem de exemplo. Em (16b) e (17b), os SD *o nascimento* e *a chegada* fazem referência aos mesmos eventos denotados pelos verbos *nasceu* e *chegou* em (16a) e (17a). Além disso, podemos pronominalizar acontecimentos, como em (18a) e (18b). Isso indica uma necessidade de se assumir a existência de algo a que tais nomes e pronomes possam se referir.

Uma das formas de se representar lexicalmente a ordem determinada dos argumentos de um predicador é por meio da **notação lambda** ( $\lambda$ ). Ela indica a ordem em que os argumentos devem ser saturados. No exemplo (15), a denotação do predicado seria  $\lambda z \lambda y \lambda x. x \text{ mostrou } y \text{ para } z$ , e a ordem das variáveis  $z, y$  e  $x$  indicaria a ordem de composicionalidade dos argumentos.

- (16) a. Maria nasceu em 1999.  
b. O nascimento de Maria foi em 1999.
- (17) a. Pedro chegou.  
b. A chegada de Pedro foi festejada.
- (18) a. Pedro perdeu o emprego. Isso o traumatizou.  
b. Lia subiu as escadas. Ela fez isso bem depressa.

Um segundo argumento em favor dessa proposta é o do acarretamento, que vai de sentenças mais detalhadas a menos detalhadas.

Para retomar a noção de acarretamento, consulte a seção "Nexos lógicos" no primeiro capítulo.

- (19) a. À meia-noite, num castelo mal-assombrado, uma bruxa, com uma faca na mão... passava manteiga no pão.  
b. Num castelo mal-assombrado, uma bruxa, com uma faca na mão... passava manteiga no pão.  
c. Uma bruxa, com uma faca na mão... passava manteiga no pão.  
d. Uma bruxa passava manteiga no pão.

Note que (19a), adaptado de um famoso versinho infantil, acarreta todas as sentenças mais abaixo: se (19a) for verdadeira, também serão necessariamente verdadeiras (19b), (19c) e (19d). E cada uma dessas sentenças acarreta a(s) posterior(es). Por meio da denotação dos predicados, fica difícil capturar essa relação de acarretamento, porque em cada uma das sentenças temos um predicado descrito de forma diferente. Assim, (19a) descreve uma cena de passar manteiga no pão com uma faca à meia-noite, num castelo mal-assombrado, enquanto (19b) descreve uma cena de passar manteiga no pão com uma faca num castelo mal-assombrado, e assim por diante. Sem a decomposição do predicado com o argumento-evento, não é trivial relacionar esses predicados que obviamente estão relacionados, segundo nossa intuição.

Se assumirmos o argumento-evento como um primitivo, a explicação para esses acarretamentos fica fácil: trata-se de descrições diferentes da mesma eventualidade. De cima para baixo, o número de detalhes vai diminuindo, porque temos menos modificadores do argumento evento; e modificadores são opcionais: podem ser adicionados ou tirados (veja a seguir o *box* sobre a lógica da conjunção &).

- (20) [Existe um evento *e* &  
*e* é um evento de passar &  
o agente de *e* é uma bruxa &  
o afetado de *e* é a manteiga no pão &  
o instrumento de *e* é com uma faca na mão &  
o local de *e* é num castelo mal-assombrado &  
o tempo de *e* é à meia noite]

A sentença mais curta, (19d), diz que existiu um evento, que esse era um evento de passar, que o agente desse evento (quem passava) era uma bruxa e que o afetado pelo evento era manteiga no pão (a manteiga mudou de lugar, de dentro da embalagem para a faca e para o pão; o pão, que não tinha manteiga, agora tem). Isso corresponde aos primeiros quatro itens coordenados (ligados por &) em (20). Já (19c) vai até o quinto elemento coordenado, acrescentando a todas as informações anteriores a de que o instrumento usado nesse evento foi a faca na mão da bruxa. O acréscimo do sexto elemento coordenado, o local em que ocorreu esse evento, o castelo mal-assombrado, resulta em (19b). Acrescentando ainda o momento em que o evento ocorreu, à meia-noite, chegamos a (19a).

Assim fica claro como as sentenças são relacionadas. Se não assumirmos a existência de uma eventualidade que se pode descrever com um número variável de detalhes, representada na Semântica pelo argumento-evento – mantendo a mesma referência fixa na fórmula e ligando todos os termos coordenados em (20) –, o acarretamento das sentenças seguintes em (19) ficaria sem explicação; seria uma coincidência fortuita, e não é uma boa ideia tratar como acaso algo que acontece regularmente nas línguas.

Ao assumirmos o argumento-evento, é preciso repensar a seleção de argumentos. Os verbos são predicados de eventualidades (*passar* é muito diferente de *amar* ou de *cair*), mas cada tipo de eventualidade determina o

Lembrando:  
A operação de conjunção &, na lógica, indica que para a conjunção das proposições representada por *P* & *Q* ser verdadeira, *P* tem que ser verdadeira e *Q* tem que ser também verdadeira.

número e o tipo de participantes necessário. Vimos anteriormente que a remoção ou o acréscimo de um argumento causa agramaticalidade (\**A bruxa passou no pão*, \**A bruxa passou manteiga no pão mesa*), mas a remoção ou o acréscimo de um modificador adverbial à sentença não causa agramaticalidade (são igualmente boas as sentenças: *A bruxa passou manteiga no pão à meia-noite no castelo mal-assombrado*, *A bruxa passou manteiga no pão à meia-noite* e *A bruxa passou manteiga no pão*).

Incorporando o argumento-evento, a semântica de sintagmas verbais terá de levar em conta os seguintes pontos: (i) modificadores adverbiais estão coordenados com o predicado que modificam; (ii) além dos adjuntos de tempo, lugar, maneira etc. de que falam as gramáticas tradicionais, o próprio verbo é um predicado do evento; (iii) o argumento-evento (que é implícito, nulo, não pronunciado, representando uma eventualidade) é o argumento tanto do verbo quanto dos advérbios.

Vimos nesta seção um refinamento da teoria sobre a s-seleção verbal. Uma questão importante é a de como mapear os argumentos do verbo a seus respectivos lugares na estrutura sintática. Sabemos que agentes e causas são preferidos na posição de sujeito. Levantamos a questão do motivo: seria isso o resultado de uma hierarquia temática ou de informações já codificadas na entrada lexical do verbo sobre a ordem em que os diversos argumentos saturam as funções?

Verificamos que é necessário separar o significado do verbo do significado da flexão verbal. *Casar* toma minimamente dois argumentos: o afetado (quem se casa) e o argumento-evento. O predicado verbal *casar* caracteriza a eventualidade representada pelo argumento-evento como uma mudança de estado (o argumento afetado passa do estado de solteiro ao de casado) localizada num certo ponto do espaço-tempo. Tudo isso independe da flexão, pois esse conjunto de informações se mantém em *João casou*, *João e Pedro se casaram na mesma igreja*, *Maria casa hoje*, *Pedro se casará depois de se formar* etc.

Vimos até agora as contribuições semânticas dos predicados verbais que independem da flexão verbal. As próximas seções tratam das informações presentes nos morfemas flexionais: tempo, aspecto e modalidade/modo.

## 2. TEMPO VERBAL

Sabemos que, em português, os verbos apresentam uma morfologia rica. A desinência verbal expressa número e pessoa, marcando a concordância do verbo com o sujeito, e também expressa modo e tempo, duas concepções semânticas importantes para a caracterização da ocorrência do evento descrito pelo verbo. A marca de número e pessoa reflete uma propriedade morfossintática da nossa língua: ela marca a concordância com o sujeito. Do ponto de vista semântico, é o morfema dito modo temporal que tem impacto na caracterização do evento. Nas próximas seções, vamos estudar em separado qual é a contribuição semântica de cada uma dessas noções, que vêm amalgamadas nesse morfema: tempo, aspecto e modalidade/modo.

Para a análise do tempo verbal, é crucial fazermos uma diferença entre tempo cronológico e tempo linguístico. O tempo cronológico é o do mundo, que se manifesta em nossa vida pelo relógio, pelo calendário etc. O tempo linguístico é uma categoria gramatical que tem efeitos sintáticos e semânticos, particularizando a eventualidade expressa pelo verbo. Em inglês, a diferença entre tempo cronológico e gramatical é marcada por duas palavras diferentes: *time* e *tense*, respectivamente.

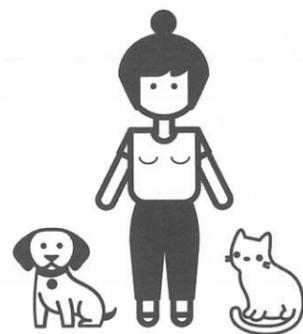
Também não podemos confundir o nome da conjugação verbal com a gramática tradicional com o tempo linguístico. Por exemplo, verbos de movimento como *viajar* ou *mudar*, conjugados no chamado “presente do indicativo”, expressam eventualidades futuras (isto é, a viagem e a mudança de que se fala só vão acontecer depois de as sentenças serem emitidas).

(21) a. Pedro viaja amanhã.

b. Maria se muda para o Canadá com a família depois das festas.

O tempo linguístico descreve de que modo a eventualidade é situada a partir do proferimento da sentença, que marca o momento de fala (MF). O MF estabelece um marco zero, atualiza um agora. E o **agora** muda constantemente de acordo com diferentes momentos em que alguém pronuncia algo. É nesse sentido que dizemos que o tempo linguístico é uma categoria dêitica.

A dêixis ou referência dêitica é a dependência do contexto para fixar um referente. Na figura ao lado, com a boneca olhando para nós, o cachorro está à direita e o gato está à esquerda dela. Na figura de baixo, com a boneca dando as costas para nós, o gato está à direita e o cachorro está à esquerda dela. Nem o gato nem o cachorro mudaram de lugar. O que ocorre é que *direita/esquerda* são dependentes da frente da boneca. *Hoje, ontem e amanhã* são dêiticos. Se proferida em 31/07/2000, a palavra *hoje* terá um valor diferente do que se proferida em 23/12/2016. A placa abaixo adia indefinidamente o momento de fiar, por causa do valor dêitico de *amanhã*. Assim também o tempo linguístico da eventualidade depende do momento da fala (MF) fixado.



Crédito de imagens: *girl* by Aline Escobar from the Noun Project; *dog* by Yazmin Alanis from the Noun Project; *cat* created by Denis Sazhin from the Noun Project; *frame* by Milena Zanotelli from the Noun Project.

Intuitivamente, o tempo linguístico marca uma relação entre a eventualidade e o momento do proferimento. A partir do MF, podemos verificar se o momento do evento (ME) está sobreposto, é anterior ou posterior ao do MF. Quando o ME inclui o MF, o tempo é presente: sinalizamos que a eventualidade de que falamos é concomitante com o proferimento (22). Quando o ME é anterior ao MF, o tempo é passado: indicamos que a eventualidade de que estamos falando teve início antes do proferimento (23). Quando o ME é posterior ao MF, o tempo é futuro: indicamos que a eventualidade sobre a qual estamos falando vai ter início depois do proferimento (24).

- (22) a. O território brasileiro tem 8.514.876 km<sup>2</sup>.  
b. Pedro está estacionando o carro.
- (23) a. O Brasil participou da Segunda Grande Guerra.  
b. Pedro já tinha ido ao mercado três vezes hoje.  
c. Meu avô ia a pé para a escola.
- (24) a. Quando eu crescer, serei como você.  
b. João vai trabalhar amanhã.

Combinando ME e MF, chegamos a três possibilidades: ME = MF (presente), ME < MF (passado) e ME

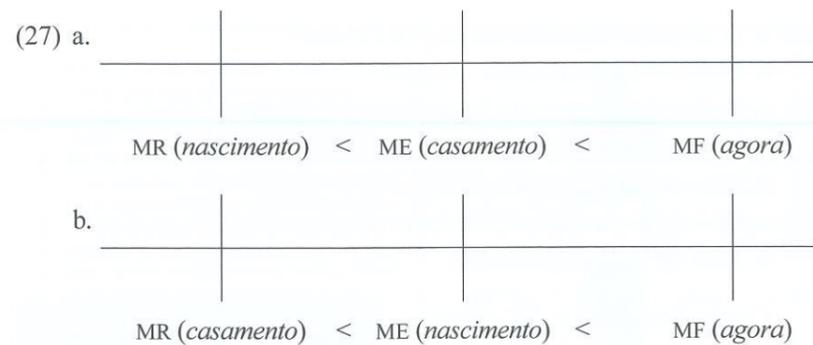
Os símbolos < e > indicam anterioridade e posterioridade, respectivamente.

> MF (futuro), que correspondem às sentenças de (22) a (24). No entanto, esse sistema com dois valores (ME e MF) não é suficiente para representar todas as distinções que a língua portuguesa consegue expressar. Observe estes dados:

- (25) a. Quando minha mãe casou, eu já tinha nascido.  
b. Quando nasci, minha mãe já tinha se casado.
- (26) a. Quando eu me aposentar, já terei completado 70 anos.  
b. Quando eu completar 70 anos, já terei me aposentado.

As duas sentenças em (25) expressam um casamento e um nascimento no passado. Mas há uma diferença entre elas: (25a) diz que sou filho de mãe solteira, mas (25b) não. Isso porque a eventualidade expressa pela perífrase com *ter* é sempre anterior à expressa só pelo verbo principal em PB. Esse efeito de *ter* não é exclusivo do passado. Em (26), as duas eventualidades são futuras. Porém, (26a) afirma que eu só me aposento com mais de 70 anos, e (26b) afirma que eu me aposento antes de atingir essa idade. A ordem entre as eventualidades é dada pelo fato de *ter* sempre marcar a que ocorre primeiro. Para capturar essa relação, precisamos de mais um instrumento: o momento de referência (MR).

O MR tanto pode ser expresso por um advérbio de tempo (*hoje, 1981* etc.) como por outra eventualidade, como em (25) e (26). Uma vez tendo introduzido o MR, podemos ordenar as eventualidades em relação a eles. Vejamos como esse modelo captura a diferença de significado entre (25a) e (25b):



Esse modelo, baseado em Reichenbach (1947) e refinado por Comrie (1985), com seus três marcos ordenados, dá conta da representação do tempo relativo. Reichenbach (1947) formalizou a semântica temporal por meio de três momentos associados ao evento descrito, os quais devem ser localizados em uma linha temporal: o momento da fala (MF), o momento do evento (ME) e o momento da referência (MR). Por exemplo, vamos refletir um pouco mais o que quer dizer “passado”. Uma primeira resposta é simplesmente dizer que passado é qualquer momento antes do agora (ME < MF). O passado verbal indicaria, portanto, uma relação entre o evento e o momento da enunciação. Assim, quando alguém pergunta *João, o que você fez ontem?*, a resposta pode ser *Eu lavei roupa*, e o tempo passado do verbo estará indicando que em algum momento antes do agora da enunciação ocorreu o evento de o João lavar roupa. Agora pense na circunstância em que o João responde *Eu não lavei roupa*. Você acha que a sentença está indicando que em qualquer momento anterior ao momento da enunciação não houve um evento de o João lavar a roupa? Quer dizer, o João está afirmando que ele nunca lavou roupa na vida?

Esse exemplo mostra que a noção intuitiva de passado, embora pareça adequada à primeira vista, não está muito acurada. O que o João está querendo dizer é que em dado momento relevante (ontem, por exemplo) ele não lavou roupa, o que é bem diferente de afirmar que ele jamais tenha lavado roupa anteriormente à enunciação. É por isso que na teoria semântica, para dar conta da noção de tempo, foi preciso considerar o momento da referência (MR) além do momento da fala (MF) e do momento do evento (ME). Assim, na sentença *Eu não lavei roupa*, o tempo gramatical está marcando um momento de referência no passado (nesse caso, ontem) em que o evento de lavar

a roupa não aconteceu. Nesse sentido, dizemos que o tempo linguístico é caracterizado pela relação entre o momento da referência (MR) e o momento da fala (MF). O tempo passado é, então, aquele em que o momento da referência (MR) se encontra antes do momento da fala (MF). O tempo futuro, por sua vez, é aquele que expressa uma referência após o momento da fala. O tempo presente é o que tem os dois momentos coincidentes, ou seja, quando fazemos referência justamente ao momento da enunciação.

É bom ter em mente que não existe uma correspondência um a um entre as conjugações verbais e os tempos linguísticos, como mostraram os exemplos de (21) a (24). Por exemplo, o tempo futuro pode ser expresso pelo presente do indicativo (21), pelo futuro do presente do indicativo (24a) e por uma perífrase formada com o verbo auxiliar *ir* no presente e um verbo no infinitivo (24b).

Da mesma forma que diferentes tempos linguísticos podem ser expressos por diferentes conjugações, também uma única conjugação pode expressar tempos diferentes. Tomemos como exemplo o tempo verbal futuro do pretérito. Uma de suas interpretações coloca uma eventualidade num momento anterior ao MF, mas posterior a um MR passado. É assim neste trecho da biografia do autor de Dom Casmurro: *Joaquim Maria Machado de Assis nasceu no Rio de Janeiro, em 21 de junho de 1839; 15 anos depois, publicaria seu primeiro trabalho literário, um soneto*. É claro que tanto o nascimento do escritor quanto a sua primeira publicação já tinham acontecido quando a biografia foi escrita, mas a publicação toma como MR o nascimento. Em relação a esse MR<sup>o</sup> passado, tal ME é futuro, pois a publicação só foi acontecer 15 anos depois de 1839. No entanto, esse uso não é típico do português brasileiro vernacular. Utilizamos usualmente essa conjugação verbal para expressar uma consequência de certa eventualidade alternativa à realidade, caso a alternativa hipotética se tornasse fato. Por exemplo, a sentença *Se eu fosse marinheiro, teria um amor em cada porto* soa natural se proferida por alguém que nem é marinheiro nem tem amores distribuídos por portos. Não obstante, há uma relação de causa e consequência entre a eventualidade descrita no antecedente dessa condicional, ser marinheiro, e a eventualidade expressa pelo verbo conjugado no futuro do pretérito: é a condição de marinheiro que proporciona a oportunidade de ter múltiplos amores. Ora, uma

consequência é sempre posterior à sua causa. Então, embora *teria um amor em cada porto* não localize uma eventualidade na linha do tempo do mundo real, ainda há uma relação de posterioridade entre essa eventualidade e sua causa, ainda que ela também não exista neste mundo.

### 3. ASPECTO VERBAL

Vimos que, com os tempos linguísticos presente, passado e futuro, localizamos as eventualidades em relação ao marco zero, o MF, e ao momento da referência, o MR. Mas o tempo sozinho não fornece instrumentos para distinguir entre os diferentes julgamentos de valor de verdade que damos às sentenças (28), no contexto da imagem.

- (28) a. Bob Marley é jogador de futebol (falsa).  
 b. Bob Marley está jogando futebol (verdadeira).  
 c. Bob Marley é cantor (verdadeira).  
 d. Bob Marley está cantando (falsa).



Crédito da imagem:  
*soccer player* by  
 Christian Mohr from  
 the Noun Project.

Todas as sentenças em (28) estão no mesmo tempo, o presente. Entretanto, com relação à situação da imagem, umas são verdadeiras e outras, falsas. A forma empregada em (28b) e (28d), formada pela perífrase “*estar* + gerúndio”, é chamada de **presente progressivo** ou **contínuo**, e descreve uma eventualidade em curso no MF. Por isso, no contexto da imagem, (28b) é verdadeira, enquanto (28d) é falsa. Já o presente simples remete a situações que se estendem por um período que inclua o MF. Em (28a)

**O aspecto progressivo** indica que o evento ou situação está em curso. Em português, é expresso por uma perífrase formada pelo verbo auxiliar *estar* conjugado e um verbo no gerúndio. A conjugação do auxiliar indica o tempo, que pode ser passado, presente ou futuro.

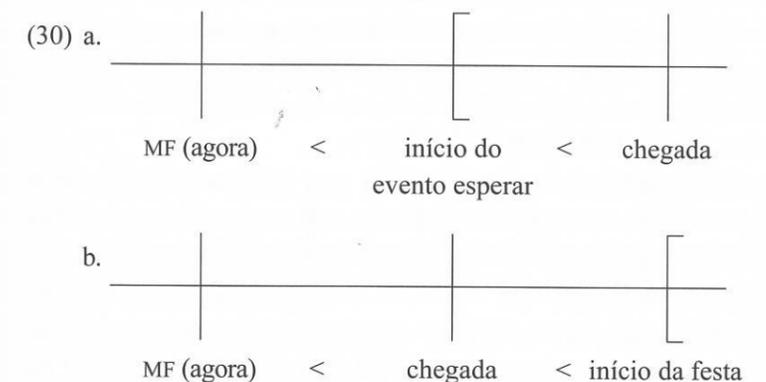
e (28c), ele marca uma propriedade do indivíduo. O presente do indicativo também é utilizado para expressar eventos habituais, como em *Bob Marley joga futebol* e *Eu fumo*. Essas diferenças não são temporais, mas aspectuais. Aspecto é a categoria que lida com a constituição interna das eventualidades, indicando, por exemplo, se a eventualidade é apresentada como ainda estando em andamento ou como já concluída.

#### 3.1 Aspecto gramatical (perfectividade/imperfectividade)

Não são apenas os modos de expressar o presente que apresentam diversidade aspectual. A noção de aspecto verbal distingue também as expressões do futuro. Veja os seguintes exemplos:

- (29) a. Quando você chegar de viagem, eu vou estar te esperando.  
 b. Quando ele voltar, vamos dar uma festa.

Em (29a), há uma chegada futura, que vai interromper uma espera já iniciada e ainda acontecendo. Já em (29b), há uma volta futura, e uma festa futura, que, porém, só terá início depois dessa volta. A pessoa a quem o falante de (29a) se dirige vai chegar no meio da espera, mas segundo (29b) quem volta não vai pegar a festa no meio. Observe a diferença entre as duas formas no esquema dado a seguir:



Sabemos que os consultórios gramaticais e a mídia brasileira combatem o gerundismo como um vício ou erro de linguagem; já houve até uma lei feita para bani-lo (Decreto nº 28.314, de 28 de setembro de 2007, do

governador do Distrito Federal). Nessas campanhas, é advogada a troca de *ir* (flexionado) + *estar* (infinitivo) + gerúndio, como em (29a), por outras expressões de futuro, como o futuro de (29b). Mas essas formas não são intercambiáveis: os seus valores aspectuais são distintos, como mostraram as representações em (30).

Há diferenças aspectuais também entre as conjugações que expressam tempo passado. Observando os exemplos em (31), reflita sobre a diferença entre eles.

- (31) a. Às 5h30, Maria atravessou a rua Aprazível.  
 b. Às 5h30, Maria estava atravessando a rua Aprazível.  
 c. Às 5h30, Maria atravessava a rua Aprazível.

Só a sentença (31a) apresenta a travessia como concluída; dizemos, portanto, que ela tem valor perfectivo. Tanto (31b) como (31c) descrevem uma travessia que está pelo meio, incompleta (valor imperfectivo). Mas qual é a diferença entre (31b) e (31c)? Veja que, mais uma vez, o português apresenta uma forma perifrástica para descrever um evento em curso, em oposição a uma forma flexionada para um evento que denota uma propriedade ou habitualidade (lembre-se do contraste entre *está jogando futebol* e *joga futebol* na descrição do presente). Assim, usamos (31b) para marcar que o evento de atravessar a rua estava em curso; e (31c) pode ser usada, por exemplo, para expressar um hábito de Maria a essa hora da manhã. Embora tanto as formas habituais quanto progressivas sejam imperfectivas, para estabelecer a diferença entre aspecto perfectivo e imperfectivo, vamos comparar as formas (31a) e (31b).

A caracterização do aspecto representa uma informação independente do momento da fala e diz respeito às relações temporais internas ao evento. Por isso, dizemos que o tempo é dêitico, mas o aspecto não. A marca aspectual de (im)perfectividade estabelece o ponto de vista interno ao evento, ou, mais especificamente, qual é a relação entre o momento do evento e o momento da referência. Considere as sentenças em (32), tentando estabelecer qual é a relação entre o momento da referência e o momento do evento em cada uma:

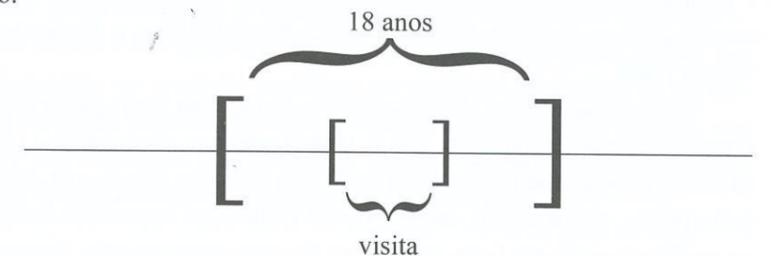
- (32) a. Maria fez prova hoje.  
 b. Maria estava fazendo a prova quando o telefone tocou.

Em (32a), o evento de fazer a prova está incluído no momento de referência *hoje*. Já em (32b), o momento do evento inclui o momento da referência, que é o momento do toque do telefone. Assim, vemos que o perfectivo coloca o ME dentro do MR, enquanto o imperfectivo inclui o MR no ME.

Vamos ver mais um exemplo, um par de sentenças em que o momento da referência é o mesmo. Nas duas sentenças em (33), o momento de referência é descrito pela oração subordinada *quando eu tinha 18 anos*. Em (33a), com o verbo da sentença principal no perfectivo, o evento de visitar o Rio de Janeiro (ME) está incluído no período da idade de 18 anos.

Em (34a), com o verbo da sentença principal no imperfectivo, o evento de morar no Rio de Janeiro extrapola o período de ter 18 anos, ou seja, inclui o momento de referência.

- (33) a. Quando eu tinha 18 anos, eu visitei o Rio de Janeiro.  
 b.



**PERFECTIVO VS. PERFEITO**  
 Veja que estamos chamando formas conjugadas no chamado pretérito perfeito, como *morei*, de perfectivo, em vez de perfeito.  
 Para os estudos linguísticos, o aspecto perfeito é aquele que indica uma ação ocorrida no passado que tem algum efeito no presente.  
 Em português, ele pode ser expresso pela forma perifrástica, como em *Tenho ido ao cinema todos os domingos desde que completei 14 anos*.  
 Por questões de espaço, vamos tratar aqui apenas do aspecto perfectivo, e não do perfeito.

- (34) a. Quando eu tinha 18 anos, eu ainda morava no Rio de Janeiro.  
b.



Essa relação entre a conjugação no pretérito imperfeito e o aspecto gramatical imperfectivo em PB está por trás de anedotas como aquela em que o cliente diz ao atendente *Eu queria um café, por favor!*, e recebe como resposta: *Queria? Então não quer mais? Por que desistiu?*. O início de uma eventualidade expressa no pretérito imperfeito tem sempre de estar antes do MF, mas o término desse evento pode estar antes do MF (*João fumava, mas parou há 5 anos*) ou depois (*Maria estava muito preocupada com você. Ela ainda não sabe que você chegou bem, então continua preocupada. É melhor dizer a ela que deu tudo certo*). Uma eventualidade no imperfeito do indicativo tem seu ponto de início definido, no passado, mas, sendo de aspecto imperfectivo, ou seja, por ser apresentada do ponto de vista interno, como em andamento, seu momento de término está suspenso: esse momento final poderá ultrapassar ou não o MF. Ou seja, a eventualidade iniciada no passado pode já ter terminado ou ainda estar continuando no presente. Diante das duas possibilidades, o atendente pode fazer a piada.

Outra característica do imperfectivo é que essa conjugação funciona como um tempo dependente, isto é, uma flexão que acompanha o passado expresso por outra sentença. Uma evidência disso é o fato de que, sem contexto prévio, preparatório, uma sentença isolada no imperfeito flexionado ou perifrástico não soa bem, parece um discurso interrompido, incompleto. Compare as sentenças dadas:

- (35) a. Ele entrou no ônibus.  
b. #Ele entrava/estava entrando no ônibus.  
c. Quando entrava/estava entrando no ônibus, ele escorregou.

Outra evidência da dependência temporal é o fato de, numa sentença complexa, como (35c), o verbo no imperfectivo ser preferivelmente o da encaixada, não o da matriz. Pode ser que o imperfectivo do PB não introduza uma referência temporal própria, e sim dependa de uma referência temporal dada por outra expressão, que possa retomar.

Outra característica do imperfectivo é que, em narrativas, ele sempre aparece na parte descritiva: na ambientação, no cenário, nas circunstâncias, nos hábitos e rotinas, enquanto a ação propriamente dita, o ponto de virada, vem no perfectivo. Como exemplo, observe as conjugações no imperfectivo e em que momento aparece um verbo no pretérito perfeito pela primeira vez nesta narrativa:

*Era* uma velha sequinha que, doce e obstinada, não *parecia* compreender que *estava* só no mundo. [...] *Dormia* agora, não se *sabia* mais por que motivo, no quarto dos fundos de uma casa grande, numa rua larga cheia de árvores, em Botafogo. A família *achava* graça em Mocinha mas *esquecia-se* dela a maior parte do tempo. É que também se *tratava* de uma velha misteriosa. *Levantava-se* de madrugada, *arrumava* sua cama de anão e *disparava* lépida como se a casa estivesse pegando fogo. Ninguém *sabia* por onde *andava*. Um dia uma das moças da casa **perguntou-lhe** o que *andava* fazendo. **Respondeu** com um sorriso gentil:  
— Passeando.

(Clarice Lispector, "Viagem a Petrópolis")

Na progressão narrativa, o perfectivo introduz uma nova referência temporal discursiva (uma eventualidade nova), enquanto o imperfectivo mantém aberto certo intervalo de tempo no passado. Vemos, então, que as conjugações no pretérito perfeito e no pretérito imperfeito do PB não apenas fornecem informação sobre o tempo linguístico, mas também têm papéis complementares na estruturação do discurso. A próxima seção trata de outro tipo de distinção aspectual, o aspecto lexical.

### 3.2 Aspecto lexical (classes acionais)

Nos estudos da gramática do português, é comum encontrarmos uma classificação dos verbos segundo critérios sintáticos: transitivos, intransitivos e de ligação. No entanto, os diversos modos de se classificar

os verbos do ponto de vista semântico não recebem muito espaço nessas gramáticas. Vamos apresentar aqui um deles: a divisão das classes verbais segundo sua acionalidade – tradução do termo alemão *aktionsart* ('de ação'). A acionalidade trata da natureza dos eventos denotados pelos verbos, segundo propriedades como duração e resultado. A acionalidade é também chamada de aspecto lexical.

Estabelecer as particularidades semânticas dos eventos descritos pelos predicados verbais tem relevância linguística. Do ponto de vista gramatical, caracterizar os eventos segundo essas propriedades explica, por exemplo, a distribuição de certos adjuntos e a validade de algumas inferências. Uma das primeiras propostas, feita para o inglês, identificou, em relação ao comportamento dos verbos em diferentes esquemas temporais, quatro padrões diferentes: *accomplishments*, *achievements*, atividades e estados. O trabalho seminal de Vendler (1957) é sempre lembrado como um dos pioneiros na apresentação das diferentes classes acionais. No entanto, a ideia de que os verbos denotam eventos de tipos diferentes do ponto de vista de sua duração e resultado remonta a Aristóteles.

O primeiro traço utilizado por Vendler (1957) para a distinção dos predicados verbais é a telicidade. A telicidade (do grego *telos*, que significa *meta*, *alvo*) representa a propriedade de o ponto terminal para a eventualidade vir assinalado no próprio predicado. Os predicados atéllicos não têm um fim determinado, previsto pelo predicado. Para deixar mais claro, vamos contrastar os predicados *correr* e *chegar*. O fim de um evento de correr não é intrínseco ao significado do predicado verbal. Isso não quer dizer, é claro, que um evento de correr nunca tenha fim. A telicidade não diz respeito a eventos que acabam e não acabam no mundo, mas a diferentes denotações para eventos, uma com fim predeterminado pelo predicado e outra sem tal predeterminação. Uma pessoa pode correr o quanto quiser e parar quando bem entender, mas *chegar* tem necessariamente fim no momento em que o destino é alcançado. *Chegar* é um predicado que indica o seu próprio fim.

É importante frisar que a telicidade é uma propriedade do sintagma verbal, e não do verbo isolado. A natureza do complemento verbal influi: *desenhar o círculo* é diferente de *desenhar círculos*. *Desenhar o círculo*

descreve um evento télico: quando o círculo estiver completo, não é mais possível continuar a desenhar esse mesmo círculo. Já a eventualidade descrita por *desenhar círculos* não tem um fim previsto, justamente pelo número de círculos a serem desenhados fica em aberto.

Verbos do tipo de *desenhar* são chamados na literatura semântica de verbos de objeto incremental. Eles apresentam uma relação de construção ou de destruição com seu objeto. Um outro exemplo é o predicado *comer o bolo*. Esse predicado é télico, e seu fim é representado pelo fim de seu objeto. Ou seja, o evento de comer o bolo termina quando o bolo tiver acabado. Outros verbos de movimento são télicos quando o destino ou o percurso são expressos. Quando o destino é atingido, ou quando o percurso acaba, uma construção específica não pode mais prosseguir. Por isso, se *correr* não é télico, *correr uma maratona*, *correr todo o trajeto* e *correr dois quilômetros* são predicados télicos. Assim como no exemplo com *desenhar (o círculo)*, também no caso de *correr* o acréscimo de certos sintagmas leva à telicidade.

Entretanto, nem todos os sintagmas verbais se tornam télicos apenas com a presença de um SD. Tanto *empurrar o carro* quanto *empurrar carros* são atéllicos. Notamos que o complemento de empurrar, seja *o carro* ou seja *carros*, tem o papel- $\theta$  de afetado: é aquilo que é movimentado pela força nele aplicada pelo agente. Somente se acrescentarmos um sintagma que represente ou o destino ou o percurso, a sentença com *empurrar* tornará télica: *O João empurrou o carro até o posto de gasolina*. De fato, ao atingir o destino, o evento de impulsionar o carro até lá não pode mais prosseguir. Assim, um verbo de movimento transitivo precisa de mais um SD para se tornar um SV télico. No caso de um verbo de movimento intransitivo, como *correr*, o primeiro SD acrescentado já expressava o destino ou o percurso, produzindo telicidade.

Verificamos que *desenhar* e *empurrar* são verbos de natureza semântica diferente. *Desenhar* afeta seu objeto de tal maneira que o evento de desenhar cria o próprio objeto. *Empurrar* afeta o objeto mudando-o de lugar, e só com a realização de um segundo SD, um que expresse o destino ou o percurso, vai se tornar télico.

Voltemos para a distinção télico e atéllico. Para Vendler, um dos exemplos que mostra que os predicados télicos e atéllicos se referem a eventos

de forma diferente é o fato de podermos falar *Ele terminou de desenhar o círculo*, enquanto não faz sentido dizer *?Ele terminou de desenhar círculos*. Assim, só faz sentido dizer *Ele terminou de correr* se tivermos em mente uma quantidade, uma extensão para esse evento de correr, determinada pelo contexto.

Tradicionalmente, um dos testes mais conhecidos para separar eventos télicos de atélicos é o paradoxo do imperfectivo. Ele tem esse nome porque demonstra como o perfectivo e o imperfectivo têm efeitos diferentes em predicados télicos e atélicos. Observe as sentenças em (36). Nesse conjunto de sentenças, há um acarretamento de (36a) para (36b). Ou seja, se é verdade que o João estava correndo, então também é verdade que o João correu.

- (36) a. O João estava correndo.  
b. O João correu.

Agora observe o mesmo esquema empregado no predicado *desenhar o círculo*. Se o João estava desenhando o círculo, isso não acarreta que o João desenhou o círculo; ele pode ter parado no meio do desenho, por exemplo.

- (37) a. O João estava desenhando o círculo.  
b. O João desenhou o círculo.

O comportamento diferente nesse esquema de acarretamento indica propriedades diferentes quanto à telicidade. O verbo *correr* passa no teste do acarretamento, portanto é atélico. Já o predicado *desenhar o círculo* parece falhar no teste, indicando que se trata de predicado télico.

Um outro teste bastante conhecido para distinguir eventos télicos de atélicos é a (im)possibilidade de ocorrência com adjuntos do tipo *por x tempo* e *em x tempo*. Veja os exemplos em (38) e (39). Um predicado atélico como *correr* ocorre com adjuntos como *por 2 horas*, mas soa estranho com *em duas horas*. O comportamento do predicado télico *desenhar o círculo* é o inverso.

- (38) a. O João correu por 2 horas.  
b. \*O João correu em 2 horas.

- (39) a. ?O João desenhou o círculo por 2 horas.  
b. O João desenhou o círculo em 2 horas.

Veja que parece estranho dizer *correu em duas horas* e *desenhou o círculo por duas horas*. Isso indica que esses sintagmas preposicionais têm uma seleção do tipo de predicado que pode ser modificado: *por duas horas* seleciona predicados atélicos, enquanto *em duas horas* seleciona predicados télicos.

Até agora, focamos exclusivamente na distinção télico e atélico e em sua relevância linguística. Mas Vendler distinguiu quatro classes de predicados, e a telicidade é apenas um dos traços dessa divisão. Para caracterizar as classes, é preciso considerar uma outra propriedade: a duração. Predicados télicos podem descrever tanto eventos durativos, como é o caso do predicado *desenhar um círculo*, quanto pontuais, como os verbos *reconhecer* e *atingir*. Predicados atélicos durativos são chamados de *accomplishments*, enquanto os predicados atélicos pontuais são chamados *achievements*. Segundo Vendler, o que indica que *achievements* são pontuais em inglês é sua resistência em ocorrer com tempos gramaticais indicam progressivo, como vemos em (40).

- (40) \*I'm recognizing it.  
'Eu estou reconhecendo isso aí.'

No entanto, alguns verbos de *achievement* podem aparecer no progressivo com leitura de fase preparatória para o evento, como em *John is c*

Basso (2007) mostrou que a ocorrência de predicados atélicos em português com predicados do tipo *por tempo* não é impossível. A sentença *João leu o livro em uma semana* não tem nenhum problema em português, embora apresente um adjunto do tipo *por x tempo* com um predicado atélico. A sentença nesse caso, quer dizer que ele ficou lendo o livro por uma semana ou algo do tipo. Esse exemplo do português mostra que a restrição de sintagmas do tipo *por x tempo* com predicados atélicos é tão forte que ele "deteliciza" um predicado atélico quando empregado para modificá-lo. É por isso que faz sentido dizer *João leu o livro em uma semana, mas não gostou do final*, mas não *?João leu o livro por uma semana, mas não gostou do final*. Só no primeiro caso estamos descrevendo um evento atélico.

‘John está morrendo’, que significa que John está em vias de morrer, e não que já teve início (mas ainda não atingiu o fim) o processo de sua morte. Em português, parece que não há restrição de verbos desse tipo com o progressivo. A sentença (40), embora seja ruim em inglês, tem sua tradução aceitável em português. No entanto, em português, assim como no inglês, com verbos como *morrer*, a leitura obtida é a de que o evento está em vias de ocorrer e não em progresso, como no caso de *Estou desenhando um círculo*. Quem tem um amigo que sempre escreve *Estou chegando*, mesmo quando ainda nem saiu de casa, compreende que ele entende que o processo “em vias de chegar” pode começar muito antes para quem se atrasa sempre...

Além dos predicados de *accomplishment*, como *desenhar um círculo*, predicados atélicos, como *correr*, também são durativos. Verbos desse tipo são chamados de atividades ou processos na literatura. Assim, vemos que, entre os predicados durativos, há *accomplishments*, que são télicos; e atividades, que são atélicos. Entre os predicados não durativos, vimos o caso dos *achievements*, que são télicos porque atingem seu fim instantaneamente. Ficou faltando ainda caracterizar uma classe de predicados atélicos e não dinâmicos: os estativos.

Predicados estativos como *amar* são predicados de intervalos de tempo mais longos, que não são considerados dinâmicos porque não expressam alteração de estado ao longo do tempo, mas podem ser verdadeiros a respeito de um sujeito em períodos de tempo determinados. Observe a diferença entre dizer *Estou desenhando um círculo* e *Amo chocolate*. A primeira sentença tem duração temporal e progride no tempo, passando por fases distintas, enquanto a segunda não, pois ela descreve um estado verdadeiro que caracteriza igualmente qualquer momento de tempo presente. Por conta dessa propriedade, em inglês, verbos estativos não podem aparecer no progressivo. Veja:

- (41) \*I’m understanding you correctly.  
‘Estou entendendo você direitinho.’

A tabela a seguir resume a divisão dos quatro tipos de predicado segundo as propriedades de telicidade e duração.

|            | [+télico]              | [-télico]  |
|------------|------------------------|------------|
| [+duração] | <i>accomplishments</i> | atividades |
| [-duração] | <i>achievements</i>    | estativos  |

Os estativos são geralmente descritos como verbos que não indicam uma ação, que possuem um sujeito experienciador e que são incompatíveis com imperativo e progressivo. Basso e Ilari (2004) publicaram um trabalho que reflete sobre a pertinência dessas características no português brasileiro. Os autores mostram que essa é uma classe heterogênea em português, que pode ser subdividida segundo algumas propriedades.

Observe em (42) a compatibilidade com o progressivo – representado pela perífrase *estar + gerúndio*. Em PB, há predicados estativos que podem ocorrer nesse esquema de tempo (42a) e verbos que não são aceitáveis nessa construção (42b).

- (42) a. Pedro está amando Linguística.

- b. \*O Rio de Janeiro está se localizando no Brasil.

O *slogan* da campanha publicitária do McDonald’s, em inglês *I’m loving it* (em tradução literal, “Estou amando tudo isso”), é uma exceção à incompatibilidade do progressivo com predicados estativos. Pesquisas recentes sobre o português brasileiro (Basso e Ilari, 2004; Bertucci, 2016) dizem que a combinação de progressivo com estados forma uma propriedade passageira, com mudança de estado. Quando se diz *Eu amo chocolate*, essa apreciação vale para qualquer tempo e lugar; quando se diz *Estou amando a aula de Matemática*, é necessário que isso seja recente. Fica implicado que eu não apreciava tanto essa aula anteriormente. Veja que essa caracterização explica a distribuição em (42) – propriedades passageiras podem ser descritas no progressivo, enquanto propriedades que não envolvem mudança, não.

Dessa forma, a primeira divisão que se pode fazer dos estativos em português é segundo a sua compatibilidade com o uso da perífrase progressiva. Basso e Ilari (2004) descrevem essa possibilidade como um traço de [±mudança]. Predicados que podem ocorrer no aspecto progressivo envolvem [+mudança] e predicados que não podem aparecer nessa construção expressam [-mudança]. Entre os predicados que permitem o uso da perífrase progressiva, temos casos em que a perífrase expressa de fato aspecto progressivo, no sentido de expressar um evento em curso, e o estado expresso tem o comportamento de um predicado télico. Veja que uma sentença como *João está ficando bonito* descreve que João está a caminho de se tornar bonito.

Há casos, no entanto, em que a perífrase *estar + gerúndio* não expressa aspecto progressivo. São casos em que as sentenças interpretadas como descrevendo um evento no presente, como na sentença *Pedro está amando Linguística* vista anteriormente, ou como possuindo um sentido transitório, como em *Pedro está sabendo Linguística*.

Além da divisão entre predicados que podem ou não figurar na perífrase progressiva, os autores discutem uma outra propriedade que, usualmente, distingue os estativos em português. Trata-se da possibilidade de ocorrência no modo imperativo. Veja o contraste entre as sentenças em (43), retiradas do texto dos autores. Observe que essa diferença indica uma distinção no traço de  $[\pm\text{controle}]$ . Verbos que podem aparecer no imperativo são verbos que possuem um sujeito que possui o traço positivo para o traço  $[\pm\text{controle}]$ , enquanto verbos que não são possíveis nessa configuração não possuem sujeito com controle sobre a ação.

- (43) a. Fique quieto!  
b. ?Saiba latim!

Dessa forma, vemos que a classe dos predicados estativos em português, na verdade, pode ser subdividida em quatro, de acordo com suas propriedades de  $[\pm\text{controle}]$  e  $[\pm\text{mudança}]$ . Os estativos típicos são aqueles que não ocorrem no progressivo nem no imperativo. As possibilidades de ocorrência no progressivo e no imperativo indicam que estamos diante de casos atípicos desse tipo de verbo. Verbos que podem ocorrer em ambas as estruturas não podem ser considerados estativos.

A tabela a seguir resume essas propriedades.

|                     | $[-\text{controle}]$             | $[\text{+controle}]$            |
|---------------------|----------------------------------|---------------------------------|
| $[-\text{mudança}]$ | Estativos típicos                | Estativos atípicos (imperativo) |
| $[\text{+mudança}]$ | Estativos atípicos (progressivo) | Não estativos                   |

Vemos, portanto, que é pertinente considerar as propriedades tipicamente utilizadas na classificação dos verbos em outras línguas para refletir sobre os dados do português. A tentativa de aplicação dos testes mostra a necessidade de adaptá-los, mas também ajudam a revelar características da gramática da nossa língua quanto ao tempo e ao aspecto. A próxima seção se dedica a apresentar a semântica de outra noção marcada pela flexão verbal em português: o modo.

#### 4. MODO E MODALIDADE

**Modo** é um termo utilizado para abarcar fenômenos muito gerais. Em português, a conjugação verbal se subdivide em três modos: indicativo, subjuntivo e imperativo. As duas últimas categorias morfossintáticas são comumente empregadas para atos de fala não assertivos: para dar instruções, comandos, conselhos, expressar sentimentos... Uma das formas de se analisar semanticamente o modo em português é considerar que os diferentes modos possuem diferentes traços modais. Modo, então, é a marca de que a sentença está em um tipo de ambiente modal. Assim, vamos primeiro tratar da modalidade para depois voltarmos à noção de modo, tal como a conhecemos.

##### 4.1 Modalidade

Em uma de suas acepções, a **modalidade** é aquilo que expressa a atitude do falante quanto ao conteúdo da proposição, sem que haja interferência nesse conteúdo. Segundo essa definição, ambas as sentenças em (44) expressam modalidade, uma vez que podem ser descritas como uma avaliação do falante quanto à presença/ausência de alguém na festa.

- (44) a. Fiquei chateada por você não ter vindo à minha festa.  
b. Você tem de vir à minha festa.

No entanto, essa abordagem não captura diferenças cruciais. Em primeiro lugar, (44a) é uma sentença factiva, ou seja, toma o conteúdo do complemento sentencial como um fato: a festa existiu, já aconteceu no mundo real, e o falante já viu que o amigo faltou. Em (44b), não há qualquer comprometimento do falante com a realidade da festa no mundo atual: no momento do proferimento, ela ainda não existiu. Repare que, apesar de o verbo *ter* estar conjugado no presente do indicativo, e de não haver outra flexão ou qualquer advérbio marcando localização temporal, sabemos que a segunda sentença fala sobre uma festa futura.

A semântica formal não entende a modalidade apenas como uma avaliação do falante sobre o conteúdo proposicional, mas como uma categoria linguística ligada à expressão da possibilidade e da necessidade. Sentenças modalizadas dizem alguma coisa sobre um estado de coisas que poderia ou

deveria existir. Esses cenários hipotéticos são capturados formalmente por meio de mundos possíveis. Segundo essa proposta, a primeira sentença não é modal, mas a segunda, sim.

Em português, há dois auxiliares modais que expressam essa diferença: *poder* e *ter que*. Veja a diferença entre os exemplos em (45). A sentença (45a) expressa que há uma possibilidade de o João descansar no domingo, enquanto (45b) diz que ele trabalhar na segunda é uma necessidade.

- (45) a. João *pode* descansar no domingo.  
b. João *tem que* trabalhar na segunda.

Do ponto de vista semântico, como você poderia avaliar as condições de verdade em (45)? Ou, em outras palavras, como você poderia expressar o que ela quer dizer? Veja que a tarefa não é tão fácil quanto avaliar sentenças simples vistas anteriormente, tais como *João saiu*. Para avaliar essa última sentença, bastava averiguar se João denota um indivíduo que pertence ao conjunto denotado pela função de sair. Agora, como sistematizar o significado de (45a-b)? Elas não parecem indicar propriedades do tipo “quem pode” e “quem tem que” fazer algo. Elas parecem considerar para a avaliação da sentença algumas situações hipotéticas: (45a) não afirma categoricamente que João descansa domingo (compare com *João saiu*), mas especula sobre cenários em que João descansa no domingo, considerando que essas circunstâncias são possíveis; (45b), por sua vez, considera que a ocorrência de João trabalhar na segunda é uma necessidade.

Esses cenários especulativos foram formalizados na teoria semântica na forma de mundos possíveis, que são situações alternativas. Uma das formas de analisar os modais é assumir que há outros mundos, além do real/atual. Alguns são mais próximos do real: tudo é idêntico ao real, mas, em vez de fazer sol, hoje está chovendo. Novas diferenças podem ser introduzidas, como casar pessoas solteiras, mudar o local de nascimento de alguém etc. O limite é a sua imaginação. Dá pra chegar, inclusive, a mundos muito mais distantes do nosso, em que não há gravidade, há três sóis e as pessoas têm quatro braços. Lembrou das histórias de ficção científica? Os universos ficcionais também são alternativas ao mundo real. A multiplicidade de mundos permite tratar os modais como quantificadores sobre esses mundos possíveis, alguns mais próximos, outros mais distantes do mundo

real. Embora essa noção possa parecer transcendental à primeira vista, veja que ela segue nossa intuição de avaliação das sentenças em (45) em situações hipotéticas. Dessa forma, para a Semântica Formal, os modais *poder* e *ter que* operam sobre mundos possíveis. Isso é o que eles têm em comum. Mas qual seria sua diferença?

Intuitivamente, um marcador de possibilidade parece mais fraco do que um de necessidade. Quando dizemos que o João pode descansar no domingo, sabemos que essa é uma das alternativas do que fazer nos dias de folga para ele. Ele pode decidir trabalhar ou correr uma maratona, isso não invalida a sentença (45a). Nesse sentido, vemos que o marcador de possibilidade realiza uma operação semelhante à do quantificador existencial: dos mundos possíveis formulados para o próximo domingo há (existe) pelo menos um mundo no qual ele descansa. Um operador de possibilidade requer que consideremos apenas um mundo no qual a proposição seja verdadeira.

Agora observe a diferença do operador de possibilidade com o operador de necessidade. Se dissermos que João tem que trabalhar na segunda, isso não é uma escolha dele, e não basta que isso aconteça em um mundo alternativo, mas ele trabalhar deve fazer parte de todas as situações hipotéticas da segunda, traduzidas em mundos possíveis pela Semântica Formal. Imagine um mundo possível em que chove na próxima segunda. O João, nesse caso, pode ter que sair de casa mais cedo, ou mudar o transporte utilizado, mas não é uma opção ele não trabalhar. Agora, imagine um outro mundo possível em que faz sol e calor na segunda; agora João pode pensar que preferia ir à praia, mas também não é uma opção não ir trabalhar. Assim, vemos que não importa a situação hipotética formulada, o João trabalhar precisa aparecer em todas elas para a avaliação de (45b). Nesse sentido, o modal de necessidade faz uma operação de quantificação universal sobre os mundos possíveis: em todos os mundos formulados para a segunda-feira, João trabalha nesses mundos. Observe em (46) uma representação dos operadores modais segundo a semântica de mundos possíveis. Nas representações em (46), *S* representa uma sentença qualquer combinada com “possivelmente” ou “necessariamente” (e suas variações), *w* é o mundo no qual se ancora a emissão da sentença (o que chamamos de mundo real, se

comprometimentos filosóficos com o termo). Os mundos  $w'$  são os outros mundos levados em consideração para a avaliação da sentença:

- (46) a. *Possivelmente*  $S$  é verdadeira no mundo  $w$ , se e somente se, em **algum** mundo possível  $w'$   $S$  for verdadeira.  
 b. *Necessariamente*  $S$  é verdadeira no mundo  $w$ , se e somente se, em **todos** os mundos possíveis  $w'$   $S$  for verdadeira.

Você deve ter reparado que, embora tenhamos afirmado que o operador de necessidade realiza uma operação de quantificação universal, sabemos que, mesmo quando se diz *João tem que trabalhar segunda*, pode acontecer um imprevisto que o impeça de ir trabalhar. Sabemos que, se há mundos possíveis em que chove ou faz sol, há também mundos em que João acorda muito doente, incapacitado de ir trabalhar. Mas e então? Se o operador de necessidade faz uma quantificação universal, como dar conta desses casos?

Não parece ser uma boa ideia enfraquecer o operador de necessidade, porque intuitivamente queremos que ele contenha uma semântica universal. Ora, quando dizemos que João tem que trabalhar, queremos expressar que essa é uma necessidade, que deve ser inescapável. Mas observe que, quando falamos de mundos possíveis, parece que não estamos falando de todos os mundos viáveis, sem limites para nossa imaginação. Nossa intuição sugere que, nesse caso, os mundos em que João vai trabalhar são todos aqueles em que as regras trabalhistas são cumpridas. Estamos querendo dizer algo do tipo: em todos os mundos em que as leis trabalhistas são cumpridas, e nada extraordinário acontece com a saúde de João, ele vai trabalhar. Assim, vemos que, além da força modal de quantificação existencial ou universal, cada modal também expressa um certo tipo de modalidade, definida como a base em que os mundos serão avaliados, também chamada de base modal. No caso visto anteriormente, temos uma modalidade que se aplica a mundos regulados por normas por cumprir, uma vez que são avaliados os mundos segundo as

A Lógica Modal utiliza os símbolos  $\diamond$  e  $\Box$  para representar os operadores de possibilidade e necessidade, respectivamente. Eles operam sobre as proposições; logo, uma representação de *João pode descansar* é  $\diamond P$ , sendo  $P$  a proposição *João descansa*.

regras/leis vigentes. Veja que o tipo de modalidade restringe quais mundos devem ser levados em conta para a avaliação da sentença. Dessa forma, dizemos que a sentença *João tem que trabalhar segunda* expressa uma necessidade deôntica.

Agora, se dissermos que João pode descansar domingo, segundo as leis trabalhistas, a sentença expressa uma possibilidade deôntica, já que expressa uma possibilidade dentro dos mundos em que as leis são seguidas. Veja, no entanto, que o *pode* nem sempre expressa uma possibilidade interna ao domínio das leis. Veja esta sentença:

- (47) Hoje *pode* chover.

Essa sentença não é avaliada segundo as leis, mas segundo as evidências que o enunciador está considerando e seus conhecimentos prévios acerca dos fenômenos meteorológicos. Ele pode, por exemplo, estar olhando para o céu, vendo tudo fechado e observando o vento forte nas árvores. Essa é a modalidade epistêmica, que expressa o conhecimento e as evidências do falante. A sentença (47) expressa, portanto, uma possibilidade epistêmica. O tipo de modalidade pode estar implícito, como em (47), mas também é possível explicitá-lo assim: *De acordo com o que estou vendo daqui da janela, hoje pode chover*.

A capacidade do auxiliar modal *poder* expressar diferentes tipos de modalidade ficam ainda mais evidentes em sentenças em que essa informação deve ser preenchida pelo contexto. Veja o seguinte exemplo:

- (48) Paulo *pode* nadar.

A sentença (48) será entendida como “Paulo tem permissão para nadar”, quando dita, por exemplo, pelo médico que o tratou de pneumonia e tinha proibido qualquer exercício físico enquanto o doente não estivesse recuperado. Essa leitura da sentença como permissão depende de regulações e obrigações, e se encaixa, como vimos, na modalidade deôntica. Contudo, se essa sentença for proferida pelo treinador da equipe de natação da escola, durante uma competição, ela pode ser interpretada como a afirmação da confiança do treinador em que o preparo físico de Paulo levará à sua convocação para disputar a prova final. Como essa afirmação se sustenta no conhecimento do treinador, nas informações de que ele dis-

põe sobre o condicionamento de Paulo e de outros atletas competidores, tal modalidade é epistêmica. Agora, imagine ainda uma terceira situação em que Paulo pode ser o nome do cachorro de uma criança, que, usando a sentença, está indicando que reconhece que esse bicho tem a capacidade de se deslocar de um ponto a outro em ambiente aquático, enquanto uma vaca ou um passarinho não têm essa disposição genética. Nesse novo contexto, *poder* é interpretado como indicando ainda um terceiro tipo de modalidade: a modalidade disposicional.

Além disso, dependendo da flexão, o verbo *poder* indica diferentes forças modais. *Pode dar certo* é mais forte do que *Podia dar certo*. Vemos, então, que o aspecto imperfectivo tem tanto um valor temporal quanto modal. Essa propriedade explica uma outra característica dos auxiliares modais: eles possuem paradigmas anômalos.

Observe as sentenças em (49). Elas mostram que o verbo *poder* não tem restrição de flexão, mas apenas (49a), (49b) e (49c) podem expressar uma ideia que ainda será posta em prática. Veja que apenas essas sentenças podem ser completadas por [...] e *quer saber? Estou indo*.

- (49) a. Eu posso ir à praia hoje.  
 b. Eu podia ir à praia hoje.  
 c. Eu poderia ir à praia hoje.  
 d. Eu pude ir à praia hoje.

Por outro lado, veja o contraste com (50), em que o verbo *dever* pode assumir as formas em (50a) a (50c), mas não a de (50d). Esses dados mostram que o aspecto perfectivo não gera leitura modal/futura, e que somente o imperfectivo é modal.

- (50) a. Eu devo estudar.  
 b. Eu devia estudar.  
 c. Eu deveria estudar.  
 d. \*Eu devi estudar.

As propriedades apresentadas mostram que a interpretação finalidade com um verbo como *poder* é altamente dependente do contexto. Reflita sobre os usos ilustrados.

Pode agradecer!  
 Já deu tudo certo.

Só quero saber do  
 que pode dar certo.

Torquato Neto

Podia ter da  
 certo entre  
 gente, ou n  
 Eu nem sei q  
 é dar certo  
 Caio Fernando

Além do *pode*, visto anteriormente, há outro modal em português capaz de expressar mais de um tipo de modalidade. Veja a sentença

(51) João *deve* estar em casa.

Você consegue observar que essa sentença pode ser usada em todos os modais muito diferentes? Imagine que João tem 13 anos e sua mãe estipula que na noite de sábado ele deve estar de volta em casa até 22h. Nesse caso, a sentença expressa uma necessidade deontica, ou seja, se João não voltar das 22h, em todos os mundos possíveis em que o João cumpre as regras estabelecidas por sua mãe, ele está em casa. Por outro lado, podemos usar a sentença em um contexto em que João é meu vizinho, e conhecendo seus hábitos, sabendo que a luz de seu apartamento está acesa, posso pensar que ele não está em casa. Nesse caso, (51) veicularia uma necessidade epistêmica.

Apresentamos em (52) uma formulação mais específica da modalidade, levando em consideração os tipos de modalidade; nessa formulação, R é uma relação que pode ser substituída por uma relação deontica (deveres), epistêmica (conhecimentos), disposicional (capacidades), buléctica (desejos), doxástica (crenças), teleológica (objetivos) etc.

- (52) a. *Possivelmente* S é verdadeira no mundo  $w$ , se e somente se, em algum mundo possível  $w'$  S é verdadeira e  $w'$  está numa relação R com  $w$ .  
 b. *Necessariamente* S é verdadeira no mundo  $w$ , se e somente se, em **todos** os mundos possíveis  $w'$  S é verdadeira e  $w'$  está numa relação R com  $w$ .

Veja agora um exemplo de análise com uma sentença que já discutimos:

- (53) *O João tem que trabalhar na segunda* é verdadeira no mundo  $w$ , se e somente se, em **todos** os mundos possíveis  $w'$  *João trabalha na segunda* é verdadeira e  $w'$  está numa relação deôntica com  $w$ .

Além da força quantificacional (existencial e universal) e do tipo de modalidade (que define o conjunto base de mundos avaliados), os modais expressam, ainda, um ordenamento dos mundos selecionados para avaliação. Isso quer dizer que a escolha dos mundos que fazem parte da base modal selecionada pelo tipo de modalidade não é aleatória. Os mundos são ordenados de acordo com sua proximidade com o normal, ou com o mundo em que as leis são cumpridas. Dessa forma, os mundos avaliados para a sentença que discutimos, *João tem que trabalhar na segunda*, estão ordenados como mais ou menos próximos daqueles em que as leis trabalhistas são cumpridas.

Esse ordenamento de mundos explica, por exemplo, por que há modais que são graduais, como *é provável*. Nas sentenças dadas em (54), (54a) expressa que os mundos em que o João vem estão mais próximos do mundo real/ideal do que aqueles em que ele não vem, e (54b) expressa exatamente o contrário, que os mundos em que o João vem estão mais distantes.

- (54) a. É muito provável que o João venha.  
b. É pouco provável que o João venha.

As sentenças modais, na Semântica Formal, em resumo, apresentam três ingredientes: (i) a força modal, que pode ser possibilidade ou necessidade, é dada pelo item lexical; (ii) a base modal, dada pelo contexto; e (iii) a fonte de ordenação, também dada pelo contexto. Quando a força modal é a necessidade, a proposição é verdadeira em todos os mundos considerados. Quando é a possibilidade, a proposição é verdadeira em pelo menos um dos mundos considerados. São considerados somente os mundos relevantes para a situação em questão (a base modal restringe o conjunto de mundos que precisamos examinar). Esses mundos não são todos tratados igualmente como itens de um conjunto ordinário, mas são hierarquizados quanto a uma relação de acessibilidade, que arranja esses mundos numa ordem do mais ao menos acessível. Assim, a mudança na fonte de ordenação é responsável pelas diferentes interpretações de uma mesma construção modal.

Kratzer (1981, 1991) defende que a única contribuição do item lexical é a força modal. Vimos, por exemplo, que o modal *poder* do português sempre exprime possibilidade, mesmo podendo expressar modalidades muito diferentes (epistêmica, deôntica etc.). Para Von Stechow (2005), no entanto, há, em inglês, itens lexicais especializados em uma base modal. Pessotto e Pires de Oliveira (2008) defendem que, em português, *ter que* é especializado, uma vez que é incompatível com base epistêmica. Veja que a sentença (55a) não tem a interpretação de que, dado o conhecimento de que disponho, concluo que João vai trabalhar na segunda. Compare com (55b), em que essa interpretação é perfeitamente possível. A sentença (55a) só pode ser interpretada como algo do tipo *Dadas as obrigações assumidas por João, ele vai trabalhar na segunda* (interpretação deôntica).

- (55) a. O João tem que trabalhar na segunda.  
b. João deve trabalhar na segunda.

Antes de passar para a seção sobre modo, vamos ainda apresentar uma outra propriedade da modalidade ilustrada com dados do português. Ela diz respeito à leitura modal do tempo futuro. Veja que uma das propriedades do futuro é que as eventualidades projetadas para após o MF ainda não existem no mundo real, atual, quando falamos sobre elas. Pensando do ponto de vista de que ninguém tem garantias do que virá, eventualidades expressas com uma das flexões verbais associadas ao tempo futuro são apenas planos ou probabilidades. Recordemos, por exemplo, o paradoxo do imperfectivo. Ele é um quebra-cabeças porque uma sentença na forma de *Maria estava atravessando a rua* não acarreta a existência de uma travessia. Bem, *Maria vai atravessar a rua* também não acarreta a existência (no mundo real, no momento de fala) de uma travessia.

Que as eventualidades venham ou não a existir no futuro depende de uma cadeia de ações ou da convergência de acontecimentos que não podem ser completamente controlados. Por conta disso, essa categoria de modalidade pode configurar um exemplo de modalidade teológica: seguir um plano feito na atualidade tem como consequência atingir uma meta no futuro. Ou ainda um exemplo de modalidade circunstancial ou dinâmica: dado o arranjo de coisas hoje, o rumo que elas tomam, podemos antever como ficarão daqui a algum tempo. Segundo essa proposta, rigorosamente, o futuro não seria um tempo linguístico, mas uma modalidade, a da “futuridade”.

Uma vez que já introduzimos a noção de modalidade e sua análise com uma relação com mundos possíveis, podemos apresentar um dos tratamentos para o modo, baseado na noção de modalidade.

As noções trabalhadas nesta seção de modalidade foram baseadas nos trabalhos pioneiros e influentes de Angelica Kratzer, que foram reunidos no volume de 2012 chamado *Modals and Conditionals*. Para aprofundar seus conhecimentos sobre o assunto em trabalhos recentes sobre o português, sugerimos os textos de Pessotto (2011) e Pessotto (2014).

#### 4.2 Modo

Dos três modos do PB, apenas um, o indicativo, é declarativo/assertivo; os modos subjuntivo e imperativo são não declarativos. Modos não declarativos acrescentam um componente modal à

A Semântica que lida com mundos possíveis é uma proposta de modelo para a Semântica Intensional. Tratamos da diferença entre Semântica Extensional e Intensional no primeiro capítulo, sobre o sentido e a referência. Vimos que a Semântica fregeana é extensional porque lida exclusivamente com a referência. No entanto, ela não é adequada para analisar contextos intensionais (ou opacos) justamente porque a abordagem puramente referencial não é suficiente nesses casos. Lembre-se da sentença *Minha mãe disse que Bob Dylan vai se apresentar no Brasil*. Nesse caso, a sentença complexa não depende da verdade da sentença encaixada *Bob Dylan vai se apresentar no Brasil*. Esta última pode ser falsa e a sentença sobre o que a minha mãe disse ainda ser verdadeira (lembre-se que a referência de uma sentença é o seu valor de verdade). Nesses casos, então, o que está em jogo não é o valor de verdade do que a minha mãe disse, mas o conteúdo que ela enunciou, o conceito expresso pela sentença. Esse conceito é o sentido da sentença. É com ele que a Semântica Intensional vai lidar. Verbos como *dizer*, *acreditar*, *achar* têm como complemento a intensão (sentido) de uma sentença. Um dos modos de se criar um sistema formal que manipule a intensão é por meio dos mundos possíveis. Nesse modelo, a intensão é uma função que quando aplicada a uma expressão retorna sua extensão no mundo considerado. A formalização básica está na dependência da denotação aos mundos possíveis considerados. Se você quiser se aprofundar nesse assunto, recomendamos o livro manuscrito *Intensional Semantics*, de Kai von Stechow e Irene Heim, que pode ser encontrado na página do pesquisador Von Stechow (<http://www.kavonstechow.org>).

proposição. Veja que é difícil julgar sentenças no infinitivo, no subjuntivo ou no imperativo como falsas ou verdadeiras. As restrições sintáticas em (56) e (57) resultam dessa natureza modal. Observe que, assim como não podemos formar uma sentença apenas com o verbo no infinitivo (56a), também o subjuntivo não constitui uma sentença independente (57a):

- (56) a. \*Dormir.  
b. Dormir é muito bom.  
(57) a. \*Soubesse disso.  
b. Ela queria que ele soubesse disso.

A conjugação no indicativo não sofre as restrições de (56a) e (57a). *Eu soube disso* é perfeitamente possível. Vamos nos concentrar, nesta seção, na diferença entre o indicativo e subjuntivo. O subjuntivo aparece geralmente em orações encaixadas, e o tempo que expressa é dependente: em (57b), o verbo da oração principal, conjugado no indicativo, está no passado, o que leva a ter de conjugar o verbo da encaixada também no passado. Veja o que acontece se mexemos nisso:

- (58) a. \*Ela quer que ele soubesse disso.  
b. Ela quer que ele saiba disso.  
c. Quando João souber disso, ele vai surtar.  
d. Se João soubesse disso, ele teria surtado.

As sentenças (58a) e (58b) mostram que a flexão da oração encaixada deve acompanhar o tempo da principal. Não é possível utilizar o imperfeito do subjuntivo na oração subordinada se a sentença principal traz o verbo no presente do indicativo. Isso indica que o subjuntivo na encaixada não expressa independentemente o tempo da eventualidade a que se refere (em (58a) e (58b), a ciência de alguém sobre certo fato). A conjugação no subjuntivo de uma encaixada apenas “concorda” com a do verbo da principal, no indicativo. Caso o verbo da principal esteja no passado, o da encaixada o acompanhará, ficando no passado também. Se o desejo de que ele tome ciência é factual, por outro lado essa ciência não ocorreu ainda quando (58b) é proferida.

As (58c) e (58d), por sua vez, expressam condicionais. A sintaxe dessas duas sentenças não é mais de matriz e encaixada complemento, como (58b), e a dependência temporal é menos óbvia. Mas as duas sentenças são

compostas, apresentando dois verbos: o primeiro, no antecedente (a parte introduzida por *quando* ou *se*), está conjugado no subjuntivo, e o segundo, no conseqüente, está no indicativo. O antecedente não é factual: a flexão verbal não está colocando a ciência sobre o assunto num momento anterior ao MF, porque essa ciência não aconteceu no mundo real, é hipotética. A sentença seguinte apresenta uma consequência da causa expressa no antecedente, e temporalmente a causa sempre é anterior ao efeito que produz. Enquanto (58c) sugere que a ciência se dê depois do MF, (58d) descreve uma alternativa à realidade do passado. Nos dois casos, o falante assume que a ciência sobre o acontecido não é um fato. Por isso, essas sentenças são chamadas de contrafactuais.

*Grosso modo*, as condicionais são analisadas assim: a primeira parte, a introduzida por *quando/se*, indica quais mundos possíveis devem ser considerados para a verificação da existência da eventualidade expressa na segunda parte. Ou seja, a primeira parte, o antecedente, dá a base modal. Assim, entendemos de (58c) e (58d) que, nas situações em que João tem o conhecimento de que fala a primeira parte da sentença, ele surta.

Voltemos à diferença entre o indicativo e o subjuntivo. Tradicionalmente, a gramática apresenta a diferença entre o indicativo como aquele que descreve ocorrências da realidade, enquanto o subjuntivo descreveria desejos, expectativas e conjecturas que, em geral, fugiriam da realidade. Essa ideia está de acordo com certos usos do português, como vimos anteriormente, e com o ilustrado em (59), em que a subordinada pode aparecer tanto no indicativo quanto no subjuntivo, mas com diferenças na interpretação. Note que entendemos da subordinada no indicativo (59a) que existe um apartamento específico no mundo real cuja compra é objeto de desejo; já a subordinada no subjuntivo (59b) não faz referência a nenhum apartamento do mundo real em particular, mas indica um requerimento que guia a busca pelo imóvel: ter suíte. Pode bem ser que nem exista um imóvel assim à venda.

- (59) a. Ela quer comprar um apartamento que tem suíte.  
b. Ela quer comprar um apartamento que tenha suíte.

No entanto, nem sempre o subjuntivo faz referência a conjecturas que fogem à realidade. Observe o exemplo (60), adaptado de Marques

e Pires de Oliveira (2016). A sentença (60) apresenta uma oração encaixada no subjuntivo que expressa uma ocorrência real. Maria está de fato desempregada; a oração principal traz minha reação a esse fato: eu lamento isso.

(60) É uma pena que Maria esteja desempregada.

Segundo Marques e Pires de Oliveira (2016), a diferença entre o modo indicativo e o subjuntivo está nos mundos que são levados em consideração para a avaliação da sentença. A denotação do indicativo exige que a sentença seja verdadeira em todos os mundos possíveis considerados, e a do subjuntivo inclui pelo menos um mundo em que a proposição não é verdadeira.

Essa proposta ajuda a entender os exemplos em (59). Se o indicativo é selecionado, como em (59a), a proposição *o apartamento ter suíte* é verdadeira nos mundos compatíveis considerados; mas, se o subjuntivo é selecionado, como em (59b), os mundos em que há apartamentos com suíte são os que estão mais próximos dos mundos dos nossos desejos (modalidade bulética).

Note que, ainda assim, não é trivial analisar a sentença (60). O fato de Maria estar desempregada ser verdade nos mundos compatíveis com o que se sabe explica porque podemos usar o indicativo nesse contexto no português brasileiro – veja (61). No entanto, fica ainda em aberto a possibilidade de uso do subjuntivo (60).

(61) É uma pena que Maria está desempregada.

Há ainda outras propriedades do português brasileiro que desafiam a proposta de que o indicativo só é empregado quando a sentença é verdadeira nos mundos considerados. Observe a sentença (62), com o verbo conjugado no pretérito imperfeito:

(62) Por mim, o Neymar continuava jogando no Santos.

Está claro que essa sentença não relata um acontecimento que é verdadeiro (Neymar joga na Europa desde 2013), mas expressa um desejo. Nesse sentido, o imperfeito do PB expressa também modalidade e tem uma fonte de ordenamento de acordo com os desejos (base modal bulética) do

enunciador. A sentença (62) expressa que, em todos os mundos compatíveis com os desejos do enunciador, Neymar joga pelo Santos. Ela combina, portanto, modo e modalidade.

Um desafio parecido ocorre com o futuro do pretérito. Observe a sentença (63), adaptada de Marques e Pires de Oliveira (2016):

- (63) De acordo com o jornal, o assaltante teria usado explosivos.  
[...] Mas eu não acredito. Veremos se é verdade.

Essa sentença se desvia do que estamos afirmando para o modo indicativo porque ela não expressa uma proposição que é verdadeira em todos os mundos possíveis considerados, ela expressa uma dúvida ou suspeita sobre a fidedignidade do jornal.

Como visto, na expressão de desejo, as conjugações no imperfeito do indicativo e do futuro do pretérito estão em variação:

- (64) Ele casaria/casava com ela, se pudesse.

Vemos, então, que não há base para afirmar que a expressão da modalidade seja uma exclusividade do subjuntivo em PB.

Abordamos neste capítulo diversos aspectos semânticos do sintagma verbal em PB. Vimos, em um primeiro momento, de que forma fatores semânticos devem ser considerados na seleção de argumentos. Os estudos de diátese e de papéis temáticos são normalmente mais difundidos por conta de sua interface com a Sintaxe. Em seguida, tratamos do significado expresso pela flexão de tempo, aspecto e modo/modalidade. Vimos que esse é um campo de estudos que ainda precisa de muita pesquisa.

Vimos que as nossas gramáticas tradicionais continuam reproduzindo generalizações não acuradas, como a afirmação de que o gerúndio é uma deturpação do bom português porque suas perífrases podem ser substituídas por formas flexionadas, ou, ainda, de que o indicativo apenas descreve eventos do mundo real, enquanto o subjuntivo expressa conjecturas e suposições, e assim por diante. Além disso, mostramos que não é possível tratar da Semântica do Modo sem falar em modalidade. Embora não tenhamos podido nos aprofundar mais, dados os limites deste trabalho, esperamos ter contribuído para um melhor entendimento de qual é o conhecimento semântico por trás da flexão verbal.

## Leituras complementares

Para saber mais sobre as **relações entre grade temática verbal e a posição sintática dos argumentos verbais**, indicamos a leitura do artigo de Dowty, "Thematic Proto-roles and Argument Selection", que saiu em 1991 pela revista *Language*.

Para um aprofundamento da **Semântica Verbal** e da **Semântica de Eventos**, indicamos o livro manuscrito *The Event Argument and the Semantics of Verbs*, de Angelica Kratzer. Embora nunca tenha sido publicado, esse texto já se consagrou como referência na área da Semântica Formal, especialmente quando se trata de eventos. O arquivo com o texto é facilmente encontrado na página da pesquisadora ou na página <http://semanticsarchive.net>, que recomendamos fortemente.

Para as noções de **tempo**, aspecto e modalidade são fundamentais os textos listados a seguir:

COMRIE, B. *Aspect: An Introduction to the Study of Verbal Aspect and Related Problems*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

KLEIN, W. *Time in Language*. London: Routledge, 1994.

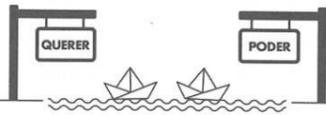
PALMER, F. R. *Mood and Modality*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

## Exercícios

1. Analise *poder*, *querer* e *dever* nos contextos dados. Que categorias modais estão associadas a eles?

...Entre querer e poder existe um oceano...

QUERER



PODER

...mas pra que existem os barquinhos?

**ÉTICA**

Valores que definem o que:

**QUERO • POSSO • DEVO**

*Porque nem tudo que eu quero eu posso,  
nem tudo que eu posso eu devo  
e nem tudo que eu devo eu quero!*

2. Retire do texto de Ana Miranda pelo menos um exemplo de cada uma das classes acionais: estativo, atividade, *achievement* e *accomplishment*.

Escrevi livros, até demais, tenho um filho e plantei uma árvore, no jardim da casa onde cresci.

Mas nunca construí uma casa. Sonho com isso. Um amigo meu, arquiteto, projetou e construiu belíssimas casas de taipa. Ele se chama Cydno da Silveira. Cydno estudava na UnB quando, observando residências rurais, surpreendeu-se com a quantidade de casas de taipa. Nunca tinha ouvido falar naquilo em seu curso, e percebeu o quanto era elitista o ensino de arquitetura. Ele se formou, passou a trabalhar com as técnicas industriais, como concreto armado, mas nunca esqueceu a taipa. Estudou durante anos a técnica. Descobriu a maleabilidade incrível do barro, novas estruturas, novos dimensionamentos do espaço e imensas possibilidades de melhoria na técnica tradicional. A casa de taipa nasce do chão, vem da natureza, é construída com o material que está ali. A casa de taipa é uma grande alternativa para a habitação no meio rural e nas periferias urbanas. Apesar de tudo isso é completamente ignorada pelos meios administrativos, considerada sub-habitação, não há nem mesmo linha de crédito nos órgãos do governo para casa de taipa. Nas esferas “civilizadas” há dificuldade em compreender a taipa. Quando, nos anos 1930, Lúcio Costa projetou uma vila operária, em Monlevade, toda em taipa de pau a pique, escreveu: “...faz mesmo parte da terra, como formigueiro, figueira-brava e pé de milho – é o chão que continua... Mas justamente por isso, por ser coisa legítima da terra, tem para nós, arquitetos, uma significação respeitável e digna.” O Cydno vai projetar a minha casa de taipa. Vou querer na casa uma lareira, um fogão a lenha e uma vassoura daquelas de gravetos. (“Um amor, uma cabana”, em *Caros Amigos*, n. 5, ago. 1997.)

3. Descreva as diferenças de interpretação entre *João leu a Bíblia quando era criança* e *João lia a Bíblia quando era criança*. Crie um contexto em que uma sentença seja falsa e a outra verdadeira. Discuta o aspecto perfectivo e o imperfectivo.

4. Analise as sentenças conforme a Semântica Modal, criando um contexto para elas e descrevendo a força e o tipo de modalidade.
- É capaz de chover hoje.
  - Você precisa chegar cedo ao concerto, se quiser encontrar lugar para sentar.
  - Romeu pode se casar com Julieta.
  - Por mim, Romeu se casava com Julieta.
  - Se Romeu e Julieta tivessem podido se casar, eles não teriam morrido.
5. Explique os dados a seguir, segundo a Semântica das Vozes Verbais. Discuta por que (1b) não é a voz passiva de (1a) e por que (2b) não é a voz média de (2a).
- João adora chocolate.
    - #Chocolate é adorado por João.
  - Maria escreveu este livro.
    - \*Este livro escreveu.